



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 15/IX-4º/2009

- 1 - Aos dezoito dias do mês de Setembro de dois mil e nove, pelas 21H15, na Sociedade Recreativa União Pragalense, sitas na Rua Direita, no Pragal, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Setembro, com a seguinte agenda:-----
 - 1 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
 - 2 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de submissão a deliberação da "Proposta Final de Plano de Urbanização de Almada Nascente".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 – Estiveram presentes quarenta e um eleitos na reunião, (não foram substituídos os Srs. António Henrique Rodrigues Roseiro e Caetano da Conceição Rolo, faltou à reunião o Sr. Fernando Jorge Amoreira Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica).-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; José Luís Abreu Leitão; Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa; Maria José Bruno Esteves; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Manuel Pereira; José Mário Castelhana Ferreira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Maria Manuela Batista C. S. Lopes; António José Pinho Gaspar Neves; José João Santos da Mata; Victor Manuel Gomes da Fonseca; Pedro Santos Maia; Álvaro Maurício Pinto dos Santos; Augusto Miguel Patraquim Oliveira do Rosário.-----
- 4 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----
- 4.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Sr. Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com Ausência no dia 18 de Setembro de 2009, (**Conforme ANEXO I**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Ruben José de Almeida Martins Raposo, com Ausência no dia 18 de Setembro de 2009, (**Conforme ANEXO II**).-----
- O Sr. Deputado Municipal António Rodrigues Anastácio, com Ausência no dia 18 de Setembro de 2009, (**Conforme ANEXO III**).-----

4.2 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- A Candidata Exm.^a Sr.^a Anabela de Matos Tavares Raposo, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO IV**).-----
- O Candidato Exm.^o Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Ruben José de Almeida Martins Raposo, por não comparência da Sr.^a Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente Campos e por impedimento dos cidadãos Sr. Jorge da Silva Martins e Joaquim António Silva Gomes Barbosa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS V, VI e VII**).-
- A Candidata Exm.^a Sr.^a Inês Sofia Sanches Alexandre, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. António Rodrigues Anastácio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO VIII**).-----

4.3 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Cova da Piedade, de Almada, e da Trafaria em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. Alexandre Guilherme Santos Martins, o Sr. João Renato Caetano Montalvo e a Sr.^a Maria da Glória Pedroso, respectivamente, (**Conforme ANEXOS IX, X e XI**).-----

4.4 - Por acordo unânime da Assembleia e para apresentar um Voto de Pesar, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Augusto Aurélio Alves Leal (apresentando um Voto de Pesar pelo falecimento de José Joaquim Duarte Ferreira).-----

4.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Leal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Voto de Pesar pelo falecimento de José Joaquim Duarte Ferreira-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Faleceu, hoje dia 18 de Setembro José Joaquim Duarte Ferreira.-----
Duarte, como era conhecido por todos, nasceu a 09 de Maio de 1952, na freguesia de
Caparica.-----
Bancário de profissão, pela sua simpatia e correcção granjeou muitos amigos.-----
Duarte Ferreira, entusiasta e grande defensor dos ideais de Abril, aderiu ao PCP nos anos 70 e
sempre se disponibilizou para as tarefas que lhe eram propostas.-----
Foi desta forma que aceitou ser candidato pela CDU à freguesia de Cacilhas nas eleições
autárquicas de Novembro de 1986, tendo sido o 1º presidente da junta eleito, bem como no
mandato seguinte para o executivo da citada junta.-----
As suas características pessoais, de grande disponibilidade e solicitude, trabalhando sempre
em equipa, contribuíram amplamente para a afirmação e o desenvolvimento da freguesia de
Cacilhas.-----
Foi este homem bom, que após prolongada doença faleceu hoje.-----
Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária a 18 de Setembro de
2009 homenageia a memória de José Joaquim Duarte Ferreira expressando o sentimento de
perda da comunidade e manifestando solidariedade e pesar aos seus familiares."-----

4.5 - Verificado o quórum passou-se à votação.-----

4.5.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de José Joaquim Duarte Ferreira, apresentado pelo Sr.
Deputado Municipal Carlos Augusto Aurélio Alves Leal, foi aprovado por unanimidade.-----

4.5.2 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem.-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

5.1 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Ricardo Venâncio, morador na Rua Dr. Castro Freire,
nº 5 A 1º Dtº - 2825-314 Costa de Caparica.-----

5.1.1 - O Exm.º Senhor Município Ricardo Venâncio:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Estou aqui na qualidade de comerciante associado da Associação de Comércio de Almada,
para abordar a questão da atribuição do MODCOM a esta instituição, na sequência da
intervenção de comerciantes, jornalista, professora catedrática e para que a Sr.ª Presidente
não fique com qualquer dúvida também na qualidade de mãe dos meus filhos.-----
A atribuição deste MODCOM suscitou algumas dúvidas no seio dos seus associados, após a
consulta do documento oficial que a Dr.ª Ana Lopes deixou ontem com a Sr.ª Presidente e os
Srs. Vereadores, tendo sido abordado o problema dos itens de facturação com o Presidente da
Delegação de Almada Sr. Luís Henriques, que imediatamente imputou a responsabilidade na
Câmara Municipal de Almada pelo facto do protocolo que estabelece a parceria entre as duas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

instituições ainda não ter sido assinado. Após pesquisa exaustiva sobre a documentação enviada atempadamente à Câmara Municipal de Almada, cheguei a uma conclusão. Uma das partes está a cometer uma inverdade. Vejamos, o projecto MODCOM foi delineado pela Dr.^a Maria Suzel Horta e pela Dr.^a Fernanda Marques, ambas funcionárias deste executivo, em parceria com a Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal. Os itens de facturação oficiais são do conhecimento da autarquia desde Julho de 2008, onde a Dr.^a Fernanda Marques afirma e passo a citar, "da parte da Câmara Municipal de Almada não há alterações a registar em relação aos valores apresentados à candidatura para o MODCOM".---- A 17 de Julho do corrente ano foi entregue na Câmara Municipal de Almada, através do Sr. Luís Henriques a proposta de protocolo à qual a Associação nunca obteve resposta. A 27 de Julho de 2009 foi mais uma vez enviado ao cuidado do Sr. vereador António Matos a proposta de parceria entre ambas as instituições de forma a dar continuidade ao projecto. Na última Sessão de Câmara, na reunião de 31 de Julho, na reunião de 08 de Setembro entre a Associação e a Sr.^a Presidente, a questão foi novamente abordada. A 10 de Setembro foi mais uma vez enviado ao cuidado do Sr. Vereador António Matos a mesma documentação. E a 16 para o Gabinete da Presidência já em desespero de causa. O mais caricato é que ontem, dia 17 de Setembro, o Gabinete da Presidência na pessoa do Sr. João Geraldês, volta a solicitar junto da Associação que seja enviada cópia da candidatura a que se refere a minuta do protocolo e espante-se agora recebida, quando toda a documentação já estava na Câmara desde Julho.-----

Face à insuficiência financeira da Associação, parece-me absurdo que a Câmara Municipal de Almada não tenha indicado a esta Associação, outras actividades que não estivessem já habitualmente asseguradas desde 2005. Parece-me estranho que a única leitura que consigamos fazer deste documento é a de que o fundo do MODCOM vai servir para pagar actividades da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Almada em detrimento do interesse do comércio local. Mais estranho ainda é que todas as despesas que vossas excelências imputavam ao Orçamento de 2008 no que concerne ao apoio ao comércio local, especificamente no que diz respeito à marca Almada Centro apareçam repetidas nos itens enviados e aprovados pelo IAPMEI no projecto da Associação. Ora vejamos, a primeira tranche do pacote MODCOM consagra 12.500 euros para a concepção e divulgação da imagem Almada Centro. Afinal este projecto encomendado ao Arquitecto Caiate não foi iniciativa da Câmara Municipal de Almada e oferecido ao comércio local, conforme repetidamente vossa excelência evoca Sr.^a Presidente? E de quem é a marca Sr.^a Presidente? E em que circunstâncias é que os comerciantes a podem usar? Relativamente ao segundo pacote,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almada Fashion, queria dizer em nome dos comerciantes de Almada, que decidimos por unanimidade não realizar este evento ao abrigo do MODCOM e que lamentamos que a Câmara Municipal de Almada tenha insistido na sua realização nas vésperas do acto eleitoral para eleger o Governo da Nação e isso sim é instrumentalizar os comerciantes.-----

Relativamente ao terceiro pacote, o Natal, parece-me estranho também ser a Associação a suportar os custos da música na ruas da cidade quando desde há muitos anos é da responsabilidade da autarquia promover o espírito natalício na cidade. E o mais ridículo neste pacote natalício é o valor de cinco mil euros atribuído a uma passagem de modelos pela cidade numa fase em que a Associação enfrenta profundos problemas de tesouraria. A pergunta é Sr.ª Presidente, a quem serve o MODCOM?"-----

5.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município João Augusto Rodrigues, morador na Rua Quinta da Padeira, nº 3 - 2815-795 Sobreira.-----

5.2.1 - O Exm.º Senhor Município João Augusto Rodrigues:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O que me traz aqui é denunciar uma situação na Sobreira, Quinta das Padeiras e Quinta da Francesa, que eu resido há trinta e tal anos naquela Quinta e sinto de facto a falta de limpeza nas ruas. Situa-se uma mata na Quinta da Francesa que está toda cheia de lixo, deteriorada, já pertenci a uma Associação em noventa e cinco, estive dois, três anos a tentar aquelas duas quintas com mais dois senhores que residam lá, não se consegue nada, os anos foram passando e as árvores nessa Quinta estão podres a cair para o meio da rua. A situação é grave, só quem reside naquelas ruas é que sente de facto essa situação. Eu sinto-me triste porque fui várias vezes à Junta da Sobreira falar com a Sr.ª Presidente e continua na mesma. Eu peço à Sr.ª Presidente que possa de facto tentar resolver isso. Há duas barracas cheias de lixo e onde de facto servem para toxicodependentes estarem também a servir-se dessas barracas. Eu que vivo ali noto essa situação, é de facto triste ver isto tão perto da cidade de Almada. Agradeço imenso que tente resolver essa situação."-----

5.3 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Idálio Cortês de Figueiredo, morador na Rua Quinta da Francesa, nº 3 - 2815-794 Sobreira.-----

5.3.1 - O Exm.º Senhor Município Idálio Cortês de Figueiredo:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O meu nome é Idálio Cortês Figueiredo sou morador e proprietário na Rua Quinta da Francesa, nº 3, como tal eu paguei as infra-estruturas, queria saber para quando as infra-estruturas que paguei são construídas, limpeza nas ruas não é feita, os varredores da rua sou eu e os vizinhos, houve lá em tempos limpeza, quando a Sr.ª Presidente da Junta lá morava vi lá a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

limpar ruas, a partir daí nunca mais ninguém lá apareceu. A Sr.^a está-se a rir mas sabe que é verdade. Ecoporto também lá fazia falta e nunca lá foi colocado, as pessoas separam o lixo e têm que o transportar para onde muito bem entendem. Outra coisa, há lá um cano de água, a conduta de água é de amianto, não sei até que ponto isso é permitido por Lei. Se o Sr. se responsabilizar por abrir lá o buraco e pago o buraco se não encontrar lá o amianto, eu vi uma ruptura, emendaram a ruptura no cano de amianto e voltaram a tapar. A mata que um vizinho já falou, essa mata, o mato está a ocupar a via pública, os carros não têm qualquer visibilidade ali a passar, aquilo é perigoso para quem passa ali. Penso que a Câmara tem autonomia para resolver esta situação. Obrigar o proprietário a limpar ou então a Câmara apresenta a factura, isto é minha opinião."-----

5.4 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Fernando A. B. Teixeira, morador na Rua Quinta da Francesa, Lote 5 - 2815-794 Sobreda.-----

5.4.1 - O Exm.^o Senhor Município Fernando A. B. Teixeira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

No seguimento daquilo que os meus colegas moradores, eu também sou morador na Rua Quinta da Francesa, e eu há cinco anos que trabalho em Setúbal, a minha mulher trabalha em Oeiras há três anos que optei por comprar casa na Quinta da Francesa, havia duas opções na minha vida, ou comprar casa em Oeiras ou em Almada. Eu optei por Almada. Isto é muito importante para mim, porquê? Porque eu achei sempre que Almada era dinâmica, mas há três anos que moro lá, eu trago aqui uma fotografia, há três anos que nada é feito nesta rua, estas são as condições da rua. A minha casa, esta é a minha porta sai directamente para a estrada, não há passeio, o passeio acaba aqui. Isto é lixo, a mata é particular, obviamente que ninguém vai obrigar uma pessoa particular a cortar a mata, mas pelo menos a limpeza, um passeio, eu gostaria muito que alguém passasse lá para ver as condições desta rua."-----

5.5 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município José António Costa Pereira, morador na Rua dos Bemvidos às Quintinhas, Lote 10 - Vale Cavala - 2820-291 Charneca de Caparica.-----

5.5.1 - O Exm.^o Senhor Município José António Costa Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu ontem participei nesta Assembleia como cidadão e como representante do Movimento de Uma Charneca para as Pessoas, alertando esta Assembleia e estes decisores políticos que aqui estão e que comandam o governo da nossa autarquia nas diferentes extensões, para o facto de alteração de projectos numa fase posterior à sua aprovação genérica e que tem vindo a evidenciar problemas técnicos e aumentos e variações de orçamento significativos. Eu verifico que para além do projecto do IC32, outros projectos têm essas mesmas dimensões, eu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não sei de quem é a culpa, neste País a culpa morre sempre solteira, as investigações por vezes ficam por concluir e as responsabilidades não se apuram. E todos nós quando aprovamos um projecto ou um conjunto de projectos devemos em consciência ser responsabilizados e quando olhamos as suas alterações devemo-nos interrogar sobre o porquê dessas alterações. O porquê da inflação desses mesmos projectos. É voz pública, e isto apareceu na comunicação social que o IC32 teve um aumento de mais de 150% relativamente ao orçamento inicial, ER377-2 teve um aumento no seu orçamento de mais 50%, e nós perguntamos porquê, nós que pagamos impostos, nós que apoiamos e aprovamos estes projectos. E esta Assembleia muito concretamente, e eu verifico que de facto quando no passado outros projectos que também a Câmara de Almada no antes 25 de Abril, estou-me a referir a 1970 e concretamente a uma Sessão de Câmara de 22 de Setembro de 1970, portanto no tempo da outra Senhora, eu verifico de facto as ideias de grandes projectos já existiam e concretamente numa sessão de trabalho dessa mesma altura que foi apresentado depois em síntese no Jornal de Almada na vida municipal, falava-se da urbanização de 110 hectares recentemente adquiridos das Terras da Costa, e que uma grande parte iria ser urbanizada, eu olho para isto e verifico que de facto há situações incongruentes em termos da política ambiental, dos projectos aprovados e que importa nós reflectirmos e relativamente à Estrada ER377-2 e passados trinta e nove anos deste relato no Jornal de Almada, eu verifico que na última consulta, dos últimos documentos produzidos sobre a estrada, sequer o estudo de viabilidade ambiental está feito, ou seja, nós estamos perante um projecto que aprovamos que esta Assembleia aprovou, que esta Câmara Municipal emitiu pareceres técnicos detalhados e que depois são alterados e nós nunca mais os acompanhamos. E eu venho aqui hoje lembrar que de facto, e continuam a existir situação de grande incorrecção neste projecto nomeadamente o atravessamento das Terras da Costa em aterro em que a altura inicial que estava definida para concurso público foi alterado, em que o parecer técnico do ICN B foi ultrapassado e que se prepara para ser executado.-----

Quando nós falávamos dos atropelamentos dentro da Reserva Botânica, quando nós falávamos da destruição dos Pinhais dentro da Reserva Botânica, nós continuamos a verificar que nada fizemos para minimizar as situações. E este desenvolvimento não pode existir, não me parece a mim como cidadão que hoje, em 1970 tenhamos a mesma visão que temos em 2009.-----

Importa reflectir sobre isto. Este é um final de mandato, esta é uma das últimas Assembleias, a última Assembleia de todos os Deputados, da Vereação e da Presidente da Câmara, importa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que os próximos projectos sejam profundamente acompanhados para que estes erros não se cometam. É necessário todos estarmos muito alerta sobre isto."-----

5.6 – Usou da palavra em resposta aos Srs. Munícipes, a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

5.6.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu começaria por esta última intervenção dizendo ao Sr. Munícipe, parece que fui clara ontem, mas talvez não tivesse sido suficientemente, que os projectos a que se referiu não são projectos municipais e portanto quando fala de um orçamento que ultrapassou 150% relativamente ao inicial, penso que ontem deixei claro que não se trata de uma obra municipal, não se trata de um projecto municipal, é uma obra do Baixo-Tejo concessionada pelas Estradas de Portugal a essa entidade. Estradas de Portugal que depende do Ministério dos Transportes.-----

Por outro lado, também queria deixar claro que as Terras da Costa são terrenos agrícolas e que da parte da Câmara Municipal sempre assim foi considerado, e mesmo quando se trata do Plano da Frente Urbana e Rural Nascente, as Terras da Costa continuam como terras agrícolas na sua esmagadora maioria em termos de área. E portanto foi esta Câmara Municipal depois do 25 de Abril que tomou tal decisão. Eu recomendo o acompanhamento aos processos que estão em curso nesta Câmara e nesta Assembleia Municipal, nunca foram aprovados os projectos que o Sr. Munícipe aqui referiu. O estarmos alerta, certamente, em relação a tudo aquilo que outras entidades fazem naturalmente também alerta relativamente àquilo que devem ser as nossas preocupações em termos das nossas próprias decisões, mas nas questões concretas que aqui trouxe de facto ultrapassam e não passam pela Câmara nem pela Assembleia Municipal. Mas a garantia de que as Terras da Costa são terras agrícolas e que no Plano da Frente Urbana e Rural Nascente essa é uma situação devidamente acautelada, é.-----

Queria também deixar aqui nota relativamente aos três Munícipes que vieram trazer preocupações relativamente à Quinta da Francesa. Fizeram muito bem em estar aqui com certeza que também é um espaço de participação, de intervenção, de apresentação de preocupações é a Assembleia Municipal que está reunida, mas a Câmara também reúne à primeira e terceira quarta-feira de cada mês, todos os meses e de facto gostaria de vos dar nota que também é uma possibilidade a vossa participação nessas reuniões onde há um tempo sem limite para, porque é um outro órgão, outras condições de funcionamento, há um tempo sem limite depois das decisões municipais para que os Munícipes intervenham, apresentem os problemas e depois a própria Câmara fica para além da reunião conversando com as pessoas para esclarecer, para registar, para combinar reuniões. Portanto eu sugiro para além da visita



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ao local que certamente o Vereador Rui Jorge não deixará de fazer, foram aqui referidas questões relacionadas com a mata, matagal, é preciso apreciar, sendo certo que também foi dito que são terrenos de propriedade privada, é preciso entender a situação em concreto, mas também gostaria de sugerir que se pudessem no próximo dia 23 nós temos uma reunião de Câmara, essa reunião começa às 18 horas e tem um primeiro período para decisões pela Câmara e a seguir temos um período de intervenção pública e também podemos mais detalhadamente conversar e perceber se, se trata de uma zona de reconversão, se não se trata, retomar algum processo que esteja interrompido, porque também foi falado de uma Associação ou de uma Comissão de proprietários. É importante, não temos obviamente tudo na cabeça, e é necessário perceber em concreto do que é que se está a falar e a partir daí também ajudar a que algum encaminhamento seja feito quer pelos proprietários quer pela Câmara ou então em conjunto. Portanto, sugeria que no dia 23 pudessem participar na Reunião de Câmara porque certamente que o Vereador Gonçalves que está aqui ao meu lado, que é responsável pelo urbanismo vos atenderá, tomará nota das vossas questões e até poderão marcar alguma reunião para ver melhor as vossas preocupações e as questões que colocaram.-----

Depois, em relação a esta intervenção do Sr. Venâncio, conheço muitíssimo bem o seu pai, não conheço tão bem o Sr., tenho pelo seu pai uma enorme consideração e respeito e por toda a família naturalmente e por todos os comerciantes do nosso Concelho, e gostava de o esclarecer porque considero que o meu amigo não está minimamente informado, portanto não era membro da Associação dos Comerciantes de Setúbal nem da Delegação de Almada. Acredito que vá ouvindo umas coisas e que a partir do que vai ouvindo tire as suas conclusões, mas queria dizer-lhe que a candidatura ao MODCOM foi um alerta lançado pela Câmara Municipal através dos seus serviços, porque temos tido uma grande preocupação relativamente ao comércio local. Há um tempo atrás há cerca de um mandato, dois mandatos, houve a possibilidade de os comerciantes apresentarem uma candidatura ao URBCOM, nessa altura a Câmara Municipal com a Associação e a NovaAlmadaVelha, uma agência de desenvolvimento local, trabalhamos com a Associação de Comerciantes para fazer o levantamento do perímetro que teria condições para se candidatar ao URBCOM. Era preciso uma percentagem de estabelecimentos, a candidatura tinha que ser feita pela própria Associação e não pela Câmara e a Associação não tinha dinheiro e lembro-me perfeitamente que a Câmara deu um subsídio à Associação de quinhentos contos que foi gasto num trabalho feito por um gabinete técnico do qual é proprietário o actual Presidente, o Sr. Carriço, Presidente demissionário. Portanto ele não estava na Associação, tinha o seu gabinete técnico e a Associação entendeu convidar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esse gabinete para fazer o trabalho. Aconteceu que não se reuniram os 50%, portanto esse gabinete que fez o seu trabalho não conseguiu reunir os 50% dos comerciantes para apresentar a candidatura e também quase em simultâneo encerrou o URBCOM porque havia um novo baking relativamente a esse processo. Conheço esta situação, o MODCOM porque tínhamos acompanhado e temos preocupações relativamente ao nosso comércio local, os serviços têm indicação para estarem atentos a todos os programas que possam interessar ao comércio local. E quando soubemos, quando os serviços souberam que existia possibilidade de uma candidatura ao MODCOM, foi a própria Câmara que chamou a atenção da Delegação de Almada falou com Setúbal e Setúbal mandou uma técnica para desenvolver a candidatura. A Câmara e a Agência de Desenvolvimento Local, a NovaAlmadaVelha, apoiaram a Associação dos Comerciantes do Distrito de Setúbal a fazer a dita candidatura. Essa candidatura foi feita e da acordo com o que eu disse aqui ontem, foi homologada em 2008 pelo Sr. Secretário de Estado. Essa candidatura foi elaborada pela Associação com o apoio técnico da NovaAlmadaVelha e de serviços da Câmara, a proposta não é da Câmara, a Câmara ajudou tecnicamente a que a candidatura fosse elaborada e fosse apresentada. Portanto todos os projectos que lá estão não foi a Câmara que teve a iniciativa de os colocar, foi a própria Associação com a sua Delegação que entendeu que aqueles eram os projectos a incluir. A candidatura foi aprovada, foi homologada em 2008, e naturalmente era expectável que a Associação desenvolvesse o trabalho associado, aos projectos que se candidatou. A candidatura tem 60% de apoio a fundo perdido e a Associação teria que garantir os restantes 40%. Os projectos que a Associação colocou na candidatura constitui todo um conjunto de projectos que já faziam parte do programa anual aprovado pela Câmara. E o que a Câmara assumiu ainda não em decisão porque precisa em termos de diálogo que vai estabelecendo, é que essa verba que anualmente é dada à Associação para um conjunto de projectos continuaria a ser dada e corresponderia ao esforço financeiro que a Associação tinha que fazer. E portanto, isto é sério, é assim. Não houve da parte da Associação o desenvolvimento dos projectos e portanto estamos em 2009. O próprio projecto que aqui falou foi feito pelo Arquitecto e pelo Gabinete de Henrique Caiado, foi um processo que a Câmara financiou, mas que teve o envolvimento da Associação dos Comerciantes, portanto a Associação dos Comerciantes dialogou com quem estava a desenvolver o projecto e os próprios comerciantes pronunciaram-se sobre a solução que foi apresentada sobre a marca, etc.. Portanto o que eu gostaria de dizer, o que é preciso é trabalharmos e trabalharmos para concretizar e já estamos muito atrasados, concretizar projectos, projectos que podem ajudar o nosso comércio a superar ou pelo menos minimizar a situação em que se encontra. Existe uma marca estudada, existe



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

um estudo de mercado feito relativamente a Almada Centro Shopping e Laser. Esta marca foi aprovada pelos comerciantes num plenário convocado pela Associação de Comerciantes Delegação de Almada. O que é que se pretende com esta marca? Pretende-se com esta marca promover todo o conjunto de lojas que estão sedeadas dentro desse perímetro. Para isso é preciso que haja um programa a desenvolver e que a Câmara pode apoiar, mas é preciso começar a trabalhar. Eu já disse muitas vezes, o meu amigo nunca esteve numa reunião comigo, eu já disse muitas vezes que é preciso trabalhar no sentido de criar um normativo para a gestão desta marca. Criar uma Comissão de Gestão da Marca, eleger, criar condições para que haja adesão da parte dos lojitas que estão dentro do perímetro à marca e depois começar a desenvolver todo um trabalho, é preciso trabalhar.-----

E nós estamos há dois anos sem conseguirmos de facto, porque vocês não se entendem, porque têm divergências com a Associação, porque não se entendem entre vocês e estamos há dois anos parados, com o trabalho feito e sem avançarmos. É fundamental que se avance, isto é sério e isto é verdadeiro.-----

E queria aqui deixar esta nota, é preciso tranquilidade e é preciso arregaçar as mangas para começarmos a fazer alguma coisa que ajude todo o comércio local e portanto este é um projecto concreto e não foi a Câmara que impôs a ninguém, a Câmara ajudou, a Associação de Comerciantes trabalhou e convocou os seus associados tomaram as decisões certas ou erradas, é um assunto vosso não é da Câmara Municipal.-----

Chegou à Câmara recentemente, depois da reunião que houve no dia 08 com o Sr. Presidente demissionário, em gestão da Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, e foi-lhe pedido que mandasse para a Câmara o que ele dizia que estava na Câmara, ele mandou, como ontem disse chegou à minha mão no dia 17, não traz os anexos, não traz a candidatura nem o despacho da homologação, a Câmara não tem nenhuma obrigação formal de acordo com o programa de financiar os 40%, mas quer contribuir. Mas para isso precisa de ter a documentação que fundamente a decisão da reunião da Câmara. E é isso que é preciso construir, mas enquanto andarmos de facto numa divisão permanente, numa atitude de nos digladiarmos, de não fazermos uma convergência e uma unidade dos comerciantes para pôr de pé todo um conjunto de projectos que podem ajudar o comércio local, não vamos para a frente. E portanto eu queria deixar aqui esta nota. Se há MODCOM foi o Município que ajudou a construir, mas não são projectos do Município, a candidatura foi apresentada por Setúbal e portanto penso que mais do que isso só falando directamente e obviamente estou disponível para falar consigo se assim o entender. Nós temos de facto projectos muito sérios que podem ajudar bastante, mas que é preciso pô-los em marcha e é isso que não está a acontecer."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 5.7 - Foi encerrado o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----
- 6 – Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----
- 6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme ANEXO XII**).-----
- 6.1.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, para apresentar a referida informação.-----
- 6.1.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- Como de costume estamos à vossa disposição, quer eu, quer o Presidente dos SMAS, naturalmente os outros Vereadores, se for caso disso para podermos dar os esclarecimentos que entenderem do documento da Actividade dos meses de Maio/Junho e Julho, está em vosso poder e estamos à disposição para algum esclarecimento."-----
- 6.1.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira; António Mendonça Mendes; Hernâni Magalhães; Helena Oliveira; Luís Varela Pais; Ana Margarida Lourenço; Henrique Margarido e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----
- 6.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- Eu queria aproveitar este ponto da Ordem de Trabalhos para colocar aqui uma questão, não sei bem a que Sr. Vereador, mas antes de vir para aqui recebi um e-mail que nas Praias de São João está a ser construído um muro em betão para substituir uma vedação que também ali existia. Vocês têm conhecimento disto?-----
- Isto é possível acontecer numa praia? Eu gostava que a Vereação averiguasse da veracidade desta situação. Eu não tive ocasião de ir ver com os meus olhos, mas não podia perder a oportunidade de aqui colocar isto, porque isto é de certeza absoluta verdadeiro.-----
- Queria ao mesmo tempo agradecer em nome dos Munícipes a obra que fizeram no início da Rua Rosas do Pombal, que de facto fazia ali falta, a resolução que deram também no Largo 5 de Outubro, mas infelizmente não posso partilhar da obra que fizeram em frente ao Hospital Particular de Almada porque aquilo está de facto bem feito, mas a única coisa agora que fica ali mal é o Hospital (desculpem a ironia), mas é isto que me apetece dizer, porque a velocidade aumentou ali, os transportes públicos agora fazem a volta exactamente à porta do Hospital, quer dizer, desculpem mas há aqui qualquer coisa que não bate certo. Ou o Hospital vai mudar a entrada, eventualmente isso poderá acontecer, agradecia se tivessem na posse dessa informação que me sossegassem porque aquilo era penoso entrar ali com um idoso, agora ficou mais complicado. Daí eu usar esta ironia, dizer que agora está tudo bem, só o Hospital é que está ali mal. Portanto vejam se realmente há ali alguma coisa ainda que vai



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mudar porque o Hospital está em obras, porque se é para ficar assim tem que ser resolvido, ou porem ali lombas para reduzir a velocidade, eu de facto não atinjo, não alcanço."-----

6.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:-----

Não se prende tanto com o relatório que nos foi distribuído, mas usando as novas tecnologias com uma mensagem que vi do Sr. Vereador no Facebook e que aproveito para chamar atenção no que diz respeito ao Laranjeiro, mais em concreto à questão do Largo da Portela. E eu gostaria de saber qual é o ponto de situação relativamente à obra do Largo da Portela, isto porquê? Porque como sabemos quando estavam previstas obras do MST esteve previsto um projecto inicial para o Largo da Portela, de seguida chegou inclusive a obra a estar parada porque haveria outros projectos para o Largo da Portela e constou-me, tenho a informação e gostaria de verificar se é correcto ou não, de que afinal a Câmara Municipal de Almada voltou à solução de há quatro anos atrás em relação ao Largo da Portela. E por isso o pedido que eu fazia neste período era o esclarecimento sobre todo o processo e como está o processo neste momento relativamente ao Largo da Portela, no Laranjeiro."-----

6.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Hernâni Magalhães:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:-----

Eu gostaria só de referir três pontos genericamente o primeiro diz respeito ao Relatório que foi apresentado e que tem a ver com a participação dos cidadãos. Gostaria de realçar o que aconteceu no dia 05 de Junho deste ano que tem a ver com o Fórum 21 da Criança 2009, "Crianças apresentam ideias para Almada" trata-se de uma iniciativa que eu acho interessantíssima porque sempre ouvi dizer desde miúdo que é de pequenino que se torce o pepino, isto é, desde miúdo que nós temos que aprender a participar na vida do Município. Acho uma ideia interessantíssima, eu há uns anos atrás, talvez cinco anos participei num, e de facto acho uma iniciativa a continuar e ainda bem que a Câmara a levou à prática. Na linha de orientação que tem a ver com a valorização e intervenção dos trabalhadores, defender e qualificar e melhorar o serviço público, eu gostaria de referir alguns pontos que estão aqui no Relatório que me parecem interessantes, porque já foram aqui várias vezes abordadas questões relativamente a isto, e penso que devem ser realçados. Que é neste período foram abertos cinquenta e quatro procedimentos concursais para o provimento de cento e dezasseis postos de trabalho para tempo indeterminado previstos no mapa de pessoal que foi aqui aprovado. As acções de formação realizadas, o acompanhamento do processo de construção do novo equipamento de infância para os filhos dos trabalhadores, a área que eu acho extraordinariamente importante que é o acompanhamento, o acolhimento integração de novos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhadores. Considero também bastante importante o acompanhamento de trabalhadores que têm limitações funcionais por questões de saúde, feito pelo Serviço de Saúde Ocupacional, como considero também o acompanhamento dos trabalhadores que apresentam problemas do âmbito social, familiar e laboral e que a Câmara tem desenvolvido. Gostaria também de referir um aspecto bastante interessante a questão da realização dos seminários para aposentados porque muitas vezes as pessoas chegam à idade de se aposentar e o corte que se dá naquele momento face ao trabalho, levanta muitas vezes problemas graves a quem entra na aposentação. Portanto dois desses aspectos que têm a ver com o Relatório. Mais logicamente e porque ontem foi levantada uma questão com o meu nome, eu vou fazer entrega ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de dois artigos, um dos quais é um artigo científico que consta do jornal americano de epidemiologia e tem o seguinte nome, o uso do telefone celular e o risco de cancro ou tumores benignos ou malignos nas glândulas salivares, um case study ao longo de vários países, cuja conclusão, eu chamei a atenção no ano passado, é mais ou menos a seguinte, está neste momento comprovado uma ligação efectiva entre o uso pesado de telemóveis e o aparecimento de tumores benignos das glândulas salivares."-----

6.1.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu não combinei a minha intervenção com o Deputado Hernâni Magalhães, mas na sequência daquilo que ele acabou de dizer relativamente à abertura de concurso para provimento de lugares na Câmara Municipal de Almada, queria informar a Assembleia e também a Sr.^a Presidente que entreguei ontem ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o último requerimento do Bloco de Esquerda neste Mandato, embora ainda não tenhamos recebido a resposta ao último e já passou mais do prazo estipulado na Lei. Este Requerimento tem a ver precisamente com o facto de entre o dia 22 de Julho e o dia 09 de Setembro ter sido aberto concurso para 138 lugares a trabalho efectivo e mais 4 por seis meses. Acontece que destes lugares todos existem 48 que não estão contemplados e não estão dotados no Mapa de Quadro de Pessoal que nós aprovámos nesta Assembleia Municipal em Dezembro de 2008. E portanto o Requerimento vai no sentido de perguntar quais são os fundamentos que justificam o desrespeito de uma deliberação que nós aqui assumimos e que somos o único órgão competente para aprovar o Mapa de Pessoal. Quais são as razões jurídicas que suportam a abertura do procedimentos concursais para lugares inexistentes no Mapa de Pessoal e o que impediu a Câmara de apresentar previamente uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

proposta de alteração ao Mapa do Quadro de Pessoal a esta Assembleia Municipal corrigindo as dotações que são necessárias para mais estes 48 lugares?"-----

6.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos na fase de apreciação do Relatório de Actividade dos últimos três meses, mas no entanto esta Assembleia Municipal, como todos sabemos está caracterizada e continua a ser caracterizada por questões que se prendem essencialmente de carácter de desenvolvimento económico, mas também de questões relacionadas e directamente com a requalificação urbana. Daí que não podemos deixar de dedicar uma atenção especial a este relatório no que diz respeito à promoção da qualificação urbana e ambiental e ao desenvolvimento económico que é um dos sectores, segmentos do mesmo. E daí o facto de que gostaria de ver respondido a algumas questões que se prendem essencialmente com o desenvolvimento de algumas acções que foram tomadas durante estes três meses. Estamos a falar como é natural da Divisão de Gestão e Administração Urbana e nomeadamente dos seguintes pontos: no facto de que se refere a dinamização da conservação e qualificação do edificado nos corredores do Metro Sul do Tejo, para além de nós sabermos que existe uma dinamização da conservação, era importante a Câmara Municipal aos Deputados Municipais e a quem já hoje demonstrou e ontem preocupações sobre as questões que se prendem também com a requalificação urbana também ao nível do comércio, saber quais são os resultados desta dinamização, porque é sempre muito difícil para não dizer impossível na análise de um Relatório destes perceber quais os objectivos que foram pretendidos e quais os resultados que foram atingidos. Também por exemplo na fase do acompanhamento dos processos de reconversão de áreas urbanas de génese ilegal, era importante a Câmara Municipal para nosso esclarecimento nos dizer quantos processos durante este mandato foram encaminhados, quantos foram resolvidos e qual é neste momento o ponto de situação das áreas de génese ilegal que existe em Almada. Mais à frente sabemos que foi assegurado o acompanhamento dos processos de Planeamento do Centro Terciário da Charneca de Caparica que por nós é conhecido há cerca de oito anos, se bem me lembro, e continua todo um conjunto de processos de planeamento e dinamização como por exemplo o processo de dinamização de recuperação do Núcleo Histórico da Sobreira e gostaríamos de saber portanto em que é que se traduz estes processos de dinamização, estes processos de acompanhamento de um conjunto de planeamentos que nos diz que vão correndo e de acordo com aquilo que hoje foi aqui também transmitido, tentamos saber um pouco quais são os resultados que vão ser obtidos. Além disso continuamos em desenvolvimento num



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conjunto de estudos estratégicos como por exemplo Estudo Estratégico Almada Poente; o Programa de Desenvolvimento Estratégico de São João da Trafaria; o Estudo de Caracterização e Diagnóstico Perspectivo da Fonte da Telha; o Estudo de Enquadramento Estratégico e Plano de Pormenor do Almaraz, inclusivamente com alguma dificuldade de conseguirmos perceber como está o desenvolvimento da fase de Visão Estratégica do Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário do Cristo Rei. Era importante que nós pudéssemos traduzir isto, são tudo objectivos e instrumentos importantes do Planeamento Urbano, como é natural, todos eles têm o seu encadeamento e os seus objectivos, mas era importante que esta Assembleia pudesse conhecer na realidade onde é que nós nos encontramos. Exactamente naquilo que são as preocupações do dia-a-dia, naquilo que são as preocupações da requalificação do comércio, naquilo que são as preocupações da segurança urbana, em que é que nós nos encontramos, onde é que nós nos encontramos ao longo deste projectos. Para além do mais e realmente o primeiro de todos os planos de desenvolvimento e de qualificação urbana que é nem mais nem menos do que o Plano Director Municipal de Almada, temos aqui novamente que houve o funcionamento regular da Comissão Executiva, houve o funcionamento regular do Grupo de Missão e houve a realização de visitas ao Concelho. Sr.^a Presidente para quando é que nós Deputados da Assembleia Municipal poderemos ter informação, com certeza já não será neste mandato, sobre o ponto de situação do Plano Director Municipal."-----

6.1.2.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O assunto já tinha sido abordado ontem, e hoje o Sr. Deputado Hernâni Magalhães fez questão novamente de abordá-lo e portanto isto levou-me a querer fazer uma pergunta ao Executivo da CDU. É porque de facto ontem o que foi referido, foi simplesmente citada uma acta, uma citação do Deputado Hernâni Magalhães que em resposta pela bancada da CDU representando a bancada da CDU, em resposta à proposta de criar uma zona wireless nos centros e nas praças públicas de Almada, o Sr. deu a seguinte resposta relativamente a esta Moção que tem a ver com o acréscimo de radiação electromagnética com o qual estamos todos de acordo em lutar contra. E isto foi aquilo que foi referido antes disso, referiu exactamente este estudo que ao que parece entregou agora à Mesa. E a pergunta que eu gostaria de fazer a este Executivo da CDU, é se quando fez a implementação agora passado um ano e meio depois da proposta ter sido apresentada pelo PS, quando fez a implementação da rede do wireless na Praça do MFA, se teve em consideração o estudo que o Deputado da CDU Hernâni Magalhães aqui citou e que disse que iria lutar contra isto, e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

portanto a posição da CDU a nós parece-nos um bocadinho estranha. Era só essa questão, se tiveram este estudo em conta ou se o Deputado Hernâni Magalhães também ele se atrasou a mostrar esse estudo ao seu próprio Partido."-----

6.1.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Benvindos à minha Freguesia e à SRUP, é com agrado que faço a minha intervenção na Freguesia que escolhi para fixar a minha residência, é uma Freguesia onde o investimento do Governo Central tem a sua marca. Esquadra da PSP, Palácio da Justiça, Hospital Garcia de Orta, Estação Ferroviária do Pragal. Mas no Pragal há problemas. Aqui no Pragal o Metro Sul do Tejo em vez de melhorar acessibilidades, com a introdução na Freguesia deste meio de transporte, dado o seu traçado apenas piorou a qualidade de vida dos Pragalenses. Pelo barulho e trepidação. E na prática acaba por servir muito pouco à Freguesia. Quanto ao comércio local também foi prejudicado pelo Metro, pois anteriormente tinha uma boa movimentação de pessoas no nosso Concelho e no centro de Almada, hoje encontra-se vazio. No que diz respeito às zonas pedonais tantas quanto possível mais em casos específicos e decorados para o efeito e com o fim de criar curiosidade e bem-estar aos habitantes, não em zonas que incapacitam a fluidez do trânsito transformando a cidade num deserto de pessoas. É urgente desobstruir a cidade. Mas vou falar também da nossa Freguesia. Junto ao canal do Metro verifica-se o seguinte, destruição de equipamentos, paredes pintadas, sujidade ao longo da linha, essa situação é especialmente notória no Pragal, mas funcionários a tratar disto nem vê-los. As zonas pedonais infelizmente mal tratadas na Freguesia, como é o caso no caminho pedonal entre o Bairro do Matadouro e o Hospital Garcia de Orta, que permanece com uma vedação arrancada há largos meses, sem preocupação quer da Freguesia, quer da Câmara Municipal. Mas existem outros problemas que carecem de solução na Freguesia. Só a título de exemplo, inexistência de marcas de estacionamento na Rua Abel Salazar, na Rua Marques de Assunção, no Largo Costa Pinto e infelizmente em muitas outras ruas da Freguesia e do nosso Concelho. Na rua Cidade de Ostrava praticamente não existem passeios, é impossível por exemplo correr a rua com um carro de bebé ou com uma cadeira de rodas. Existem sistemas de rega que não funcionam, e outros que em vez de regar o jardim vão lavando alguns carros que ocasionalmente passam junto ao jardim. Existe ainda uma grande descontinuidade e falta de iluminação no caminho que vai da estação do Pragal até à Unidade de Saúde, naturalmente que esta falta de iluminação cria situações de perigo e de alguma insegurança. O passeio junto ao Centro de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Saúde do Pragal está inacabado. Tudo bem, talvez estejam à espera que outra força política venha fazer o trabalho que em trinta e cinco anos a CDU não conseguiu fazer."-----

6.1.2.8 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu queria começar por registar e agradecer os alertas que nos foram aqui dirigidos pelo Deputado Luís Filipe, preocupações mas também os aplausos quanto a problemas entretanto resolvidos. Registamos a preocupação aqui trazida relativamente ao Hospital, sendo certo que o Hospital tem obras, tem um parque de estacionamento interno, mas é um alerta que fica e que merece todo o acompanhamento e avaliação. Esta questão das praias de S. João também naturalmente que vamos tentar perceber, não sabíamos e também o Deputado Luís acabou de dizer que lhe foi dito, portanto nós também naturalmente que iremos verificar o que é que se passa, nós através dos serviços, como é óbvio. Queria dizer que em relação à Praça da Portela existe um novo projecto elaborado pela concessionária e que estão reunidas as condições para se poder avançar para a intervenção no local. Que entretanto estão a decorrer as intervenções de recuperação dos espaços verdes no Laranjeiro por parte da concessionária. Queria dizer à Sr.^a Deputada Helena Oliveira que os Serviços e os seus responsáveis respondem pela regularidade dos processos. Portanto, aquilo que no dia a dia se faz no DRH, de lançamento de concursos, todo o processo administrativo, naturalmente que é desenvolvido pelos Serviços, não são processos em que o eleito intervenha, desenvolva, etc.. E eu estou tranquila porque o DRH tem um conjunto de profissionais competentes e a informação que tenho é que existe toda a regularidade no tratamento dos processos, mas o requerimento naturalmente que se responderá, tal como se responde quando vem por outras vias. Também queria dizer ao Sr. Deputado Luís Pais que em relação à qualificação do edificado que é visível o que está a acontecer, nós andamos na Rua e observamos que facilmente aquilo que se está a verificar, por intervenção dos Serviços, por decisão da Câmara de ter lançado e não ter abandonado, o projecto de habitar e conservar com contactos, diligências junto dos proprietários e dos condóminos nós estamos a verificar que continua a existir em crescendo a conservação do edificado. É preciso continuar com este processo, não abandonar, acompanhar, ir mais além. Mas o que eu acho que é louvável é o facto dos próprios Serviços fazerem contactos directos com os próprios proprietários, acho que é de facto uma atitude pró-activa, não passiva que também contribui para que os resultados apareçam e começam a ser interessantes. E portanto esta intervenção no corredor do Metro também consideramos que é uma prioridade e da parte dos Serviços também está a ser assumida como tal.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Queria deixar nota de que nós estamos a analisar um tempo de trabalho, três meses de Actividade Municipal e naturalmente o Relatório que é apresentado pretende ilustrar o que está em curso, o que está em mãos, o trabalho feito. E não propriamente qual foi o resultado final até hoje da reconversão dos chamados clandestinos ou loteamentos ilegais. É gigantesco o resultado, ao longo do tempo tem havido um grande envolvimento dos proprietários é uma prioridade da Câmara na relação com as Comissões de proprietários quer ao nível técnico, quer ao nível dos eleitos e portanto os resultados são consideráveis, podemos dizer que no nosso Concelho as áreas ilegais apresentam hoje um avanço muitíssimo considerável de reconversão e com qualidade notável, sendo certo que é preciso continuar este processo de reconversão que ainda vai durar alguns anos.-----

Queria também deixar nota que quando nós falamos por exemplo de Planos de Urbanização e que já estão há alguns anos, não podemos esquecer que há legislação sucessivamente a ser alterada e naturalmente que os processos são prejudicados com estas alterações sucessivas, a última é a avaliação ambiental estratégica que fez voltar todo um conjunto de projectos e nós não contestámos isso, agora temos que dizer porque é que processos que já estavam a chegar ao fim têm que voltar ao princípio. Isto é um trabalho feito pelos eleitos, é um trabalho feito por técnicos e por equipas técnicas que naturalmente têm o seu empenho e desenvolvem o seu trabalho. Quando faz aqui parece que pretende caricaturar esta referência à fase da Visão do Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário do Cristo Rei, é verdade, é assim mesmo, porque o Estudo de Enquadramento Estratégico tem várias fases. A visão é uma das fases e portanto os Serviços dizem que estamos exactamente na fase da visão.-----

Tivemos o diagnóstico, a caracterização, estamos na fase da visão com os próprios cenários e depois os projectos motor. É de facto um trabalho muito sério e de alguma maneira também gostava de deixar nota que temos tido a preocupação sempre de proporcionar a participação dos eleitos na Assembleia Municipal nestes processos. Quando nós dizemos aqui Programa de Desenvolvimento Estratégico de São João e enunciam-se cinco Planos, isto quer dizer que depois do Estudo de Enquadramento Estratégico de São João (acompanhado pela Assembleia Municipal) concluído, estamos agora na elaboração dos Planos de Pormenor. E aliás dizer que já houve Planos de Pormenor que foram objecto de apresentação a Deputados Municipais. É preciso acompanhar para também conseguir entender em que fase estamos e o que é que estamos a fazer. De facto ao nível do Planeamento existe muito trabalho em mãos, como está aqui patenteado e penso que é louvável a dinâmica que a Divisão de Estudos e Planeamento e este Departamento está de facto a ter. Também queria dizer que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

relativamente ao próprio Plano Director há uma metodologia de elaboração do Plano. Tivemos o Relatório, a própria Comissão foi designada, saiu a sua nomeação em Diário da República, apreciou o Relatório, pronunciou-se, estes processos não são de estalar o dedo, os processos de planeamento, são processos muito trabalhosos, e são processos morosos, não se faz por via informática. E portanto, exige inteligência, exige conhecimento, exige muito trabalho e naturalmente o que a Câmara Municipal garante é a participação dos eleitos, eu tenho ideia que não haverá um Município onde a Câmara Municipal crie condições para que os eleitos locais tenham tamanho volume de informação e também a participação no desenvolvimento do Planos Estratégicos e Planos de Ordenamento. Mas, pensamos que fazemos bem e que é um contributo no desenvolvimento do processo, porque se compete à Assembleia Municipal aprovar os Planos naturalmente que é importante que sejam criadas condições para que ao longo do processo intervenha e para que o processo também tenha os seus contributos e não tenha apenas uma intervenção final em termos formais. Queria também deixar nota de que aqui no Pragal como no Concelho, existem obras feitas pela Administração Central como é seu dever, mas também gostava de dizer que tem havido uma liderança muito forte da parte do nosso Município e desde sempre e eu tinha tido também, tenho sido parte interventiva nessa liderança apresentando propostas, desenvolvendo lutas e cooperando. O Palácio da Justiça existe porque foi a Câmara de Almada que propôs ao Ministério da Justiça que ele se construísse ali, foi lá oferecer o terreno e que acompanhou e que decidiu que este era um projecto âncora para o desenvolvimento daquele território, que felizmente ninguém acreditava que pudesse ter o que lá tem, mas está.-----

O Hospital Garcia de Orta foi um processo liderado também pelo nosso Município com todas as instituições locais, pela Câmara, eu era Vereadora da Saúde e Acção Social, estava a começar a minha experiência autárquica na Câmara e liderei este processo com os meus camaradas e as instituições locais e conseguiu-se, parecia que era impossível, era última prioridade na Área Metropolitana de Lisboa, passou a primeira, conseguimos com luta, liderança, proposta, contribuição. A Divisão de Almada da PSP é a mesma coisa, foi assim, foi proposto. Como os Centros de Saúde. É importante que nós reconheçamos que o papel dos autarcas e o papel das autarquias locais também é esse, é identificar os problemas que existem no seu Concelho, no seu território que são da responsabilidade da Administração Central de apresentar propostas, dar os seus contributos e lutar pela sua concretização. E depois não se vai esconder a dizer que não fez nada, tem que dizer que fez. E portanto eu penso que esta tem que ser uma atitude permanente de qualquer autarca em defesa da sua população. E é preciso que isto seja reconhecido. Eu penso que a população de Almada tem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

reconhecido esta maneira de intervir, reivindicar com firmeza e cooperar com lealdade da parte do nosso Município e temos muitos exemplos felizmente, toda a rede de Centros de Saúde no nosso Concelho, resultou exactamente de iniciativa local, proposta local, definição de terrenos, oferta de terrenos, ainda faltam algumas situações para serem resolvidas, mas temos hoje a realidade que temos e com os diferentes Governos. Com o Governo do PSD, com o Governo do PS, com Ministros do CDS, Ministros do PS, Ministros do PSD, sempre lutando pela população de Almada. Mas propondo, propondo, contribuindo e depois lutando pela sua concretização, não desistindo nunca, mesmo que demore vinte anos, trinta anos."----

6.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 99/IX de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 09/09/2009, sobre «Proposta Final de Plano de Urbanização de Almada Nascente», (**Conforme ANEXO XIII**).

6.2.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, para apresentar a respectiva Proposta.

6.2.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu penso que hoje é um dia histórico na vida da nossa cidade, tenho muito orgulho em ter feito parte deste processo que nos fez chegar ao dia de hoje. Pedi aos Serviços que entregassem aos Srs. e às Sr.^{as} Deputadas Municipais a primeira publicação sobre este processo, publicação que fala da história de Almada e da história da Margueira, parte integrante do nosso território. Fala da história da Lisnave, fala também de todo o processo que nos trouxe até à adjudicação, à equipa do Arquitecto Santa Rita, Atkins e Richard Rogers. Eu gostava de vos dizer que considero que estamos perante decisões audaciosas e de grande visão da nossa Câmara Municipal que foi capaz a seguir ao encerramento da Lisnave no ano 2000, foi capaz em 2001, tive o privilégio de apresentar à Câmara essa proposta, de avançarmos para a elaboração de um processo de concurso público internacional, para seleccionarmos uma equipa altamente qualificada no sentido de podermos desenvolver uma solução depois da Manhattan e depois das torres biónicas para aquele território. E também de ter apresentado à Câmara a proposta de criação de um júri internacional constituído por onze especialistas, apenas cinco da Câmara, todos os restantes externos à Câmara incluindo representantes da Administração Central e de também termos avançado já em 2001 com o concurso público internacional indo a todo o mundo com o anúncio do concurso e tendo conseguido de todo o mundo dezanove consórcios a concorrerem a este concurso. Adjudicámos em função da apreciação do júri, o júri apreciou, fez o seu Relatório, fez a sua proposta, portanto estamos perante um processo de uma absoluta isenção, e foi adjudicado então ao consórcio de Atkins e Richard Rogers Partnership e Santa Rita Arquitectos. Temos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vários anos de trabalho, uma metodologia de participação que desde logo fez parte do processo de concurso, era uma das condições a que os concorrentes tinham que responder e tratava-se de um processo inovador, único, feito até hoje em Portugal. Que envolvia um estudo geológico, geotécnico, ambiental e um Plano de Urbanização. O livro ilustra muitíssimo bem todo o processo de participação incluindo a intervenção de eleitos locais, de actores públicos e privados, da população, dos fóruns e também todo o desenvolvimento, as abordagens que foram sendo feitas até chegarmos ao momento em que a Assembleia Municipal decidiu quais os cenários a excluir e os cenários a permanecer para o Plano de Urbanização e que naturalmente nos trouxe até ao processo de Termos de Referência para a elaboração do Plano. O livro diz que quando nós chegámos à elaboração do Plano o essencial estava consensualizado, tinha a participação de todos e tratava-se a partir daí formalmente as peças que a lei estabelecia como obrigatórias para este Plano de Urbanização. A proposta foi entregue. A Equipa Técnica trabalhou de 2003 a 2005, o processo começa em 2001, é adjudicado em 2002, começa-se a trabalhar no final de 2002, o processo constrói-se entre 2003, 2005 e em 2005 é entregue na CCDR de Lisboa e Vale do Tejo. Em 2007 inicia-se então da parte da CCDR, é dada resposta a este processo e depois encontra-se na fase da concertação. A fase da concertação que naturalmente foi exigente e que terminou já no final de Junho, princípio de Julho passado, estava a fase da concertação e todas as entidades a considerarem, vinte e tal entidades a considerarem que o Plano estava em condições de seguir os trâmites legais que a legislação estabelece. E portanto foi isso que se fez e é o resultado deste processo que temos para que a Assembleia Municipal decida. A partir da decisão da Assembleia Municipal será feito o depósito na DGOTDU, a publicação em Diário da República e podemos começar a gerir aquele território. É um momento histórico e é um momento de afirmação do nosso Concelho, da capacidade dos seus autarcas e da capacidade da sua população de intervir lutando, lutando contra aquilo que constituía um esmagamento sem precedentes de uma Cidade e das competências do Poder Local, mas também de um interesse em todos os momentos pelas soluções para a sua Cidade. Intervindo, participando, dando as suas ideias que a Equipa Técnica ouviu, ouviu com muita atenção, registou, incluiu e portanto pensamos nós que estamos perante um verdadeiro exercício da democracia e um exemplo de planeamento feito com os cidadãos para quem a Cidade deve ser feita e uma solução de Cidade que não é deste nem daquele, nem do outro. Nem deste Partido, nem do outro, nem do outro, será no momento da decisão, até ao momento da decisão é o que está feito, é de uma Cidade inteira, dos seus autarcas, dos agentes locais, públicos, privados, das instituições da nossa população. E portanto é com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

muita emoção também que em nome da Câmara, todos nós na Câmara apresento a proposta à Assembleia Municipal esperando da parte da Assembleia a decisão final, sendo certo que ela, a proposta, será aprovada seguramente, vamos ver com que votos."-----

6.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Helena Oliveira; António Mendonça Mendes; Carlos Leal; Sérgio Taipas; Pedroso de Almeida; Luísa Ramos e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

6.2.2.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Declaração de Voto-----

Plano de Urbanização de Almada Nascente-----

Queremos deixar claro desde já, que consideramos a elaboração do Plano de Urbanização de Almada Nascente uma iniciativa municipal obviamente legítima e meritória!-----

Com efeito, uma vez consumado o encerramento dos Estaleiros da Lisnave na Margueira, processo a todos os títulos traumático para a cidade de Almada e a região, e contributo significativo para a desindustrialização da Península de Setúbal, que tão negativamente marcou as últimas décadas da nossa vida colectiva, impunha-se naturalmente que a Cidade repensasse o papel da sua Frente Ribeirinha Nascente, não permitindo que o enorme baldio industrial da Margueira (55 ha) se somasse aos abandonados Cais do Ginjal e Estaleiros da Parry, e aos degradados Silos do Caramujo.-----

De facto, esta zona constitui, ainda hoje, uma frente ribeirinha da cidade de Almada profundamente desvalorizada, face ao papel sócio-urbanístico que o seu potencial, por todos reconhecido, impunha e impõe, que represente.-----

Reconhecemos a complexidade dos processos de transformação urbana e a pesada burocracia, associadas em particular aos Processos de Elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial.-----

Apesar disso, relativamente àquilo que é, ainda hoje, a realidade no terreno deste nosso "Arco Ribeirinho" (da Quinta da Arealva ao Caramujo), é inevitável que se faça um balanço muito negativo de três décadas e meia de gestão CDU, sem escamotear obviamente as responsabilidades dos sucessivos governos do País (PS/PSD), em particular no caso que aqui nos trás hoje: a vida e a morte dos estaleiros da Margueira, e a sua relação com a cidade de Almada e o seu governo.-----

Queremos aproveitar esta declaração para assinalar os bons e maus aspectos deste processo:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- É positivo que, sem esperar pela iniciativa do Estado, iniciada nos documentos legais que instituíram o Fundo Margueira Capital, a Câmara Municipal de Almada tenha resolvido dar início a um processo de planeamento urbanístico daquela zona, após o encerramento dos Estaleiros da Lisnave na Margueira.-----
 - É positivo que não tenha restringido tal processo à área dos Estaleiros (55 ha) e que tenha definido uma área de estudo alargada (115 ha), de forma a poder estudar o restabelecimento das ligações da cidade com o rio, entre a Cova da Piedade e Cacilhas.-----
 - É positivo que tenha sido lançado um Concurso Público Internacional para escolher a Equipa Técnica do Plano.-----
 - É positivo que a metodologia de trabalho adoptada tenha dado importância e autonomia disciplinar à vertente ambiental da problemática em presença, através do Estudo de Caracterização Ambiental Geológica e Geotécnica (ECAGG), e que esta tenha podido informar a cenarização em que assentam as bases do Plano de Urbanização.-----
 - Ainda do ponto de vista metodológico, é positivo que os mecanismos de participação adoptados tenham incluído o envolvimento dos actores - chave e das entidades da Administração Central.-----
- Vejamus então, como decorreu este processo:-----
- A Equipa de Projecto assinou o contrato em Outubro/2002. Decorreu entre 2003 e 2005 a fase a que poderemos chamar de semi-pública da elaboração do Plano. Isto porque, quanto à Participação das pessoas, neste como em todos os outros processos de natureza semelhante desencadeados pela Câmara nos últimos anos, estamos muito longe do mínimo aceitável e a “milhas” do que achamos necessário!-----
 - Neste processo, os chamados Fóruns de Participação que, na melhor das hipóteses, podemos considerar de informação ou divulgação, decorreram até 2005, tendo-se realizado o último ainda antes do envio do Processo para recolha de Pareceres da Administração Central através da Comissão de Coordenação Regional (CCDR).-----
 - Até Julho de 2009, nunca mais se ouviu falar deste Plano. Atrevo-me mesmo a afirmar que haverá nesta Assembleia, a terminar 4 anos de mandato (2005-2009), Deputados Municipais que nunca ouviram falar do PUAN e menos ainda no ECAGG (saberão o que é?), e que, até hoje (dia estipulado pela Câmara Municipal para apreciação final do Plano) não tiveram qualquer oportunidade de o consultar, bastando para isso terem estado de férias entre meados de Julho e meados de Agosto. Que dizer, então, dos cidadãos de Almada e da região?-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A chamada “discussão pública” do Plano decorreu assim de 17 de Julho a 17 de Agosto, período em que a documentação técnica foi “disponibilizada”, isto é “depositada”, nos Serviços Técnicos da Câmara e nas sedes das Juntas de Freguesia implicadas (Cacilhas e Cova da Piedade), durante as horas de expediente, isto é, das 9h às 17h.-----

- Neste período, a referida documentação foi “consultada”, de acordo com o Relatório de Ponderação agora divulgado no site da Câmara (bravo!) por 15 cidadãos/entidades, e deu azo a 3 participações escritas, uma delas do Bloco de Esquerda, e mais uma que entrou fora do prazo estipulado.-----

Relativamente a um processo de tamanha importância e complexidade, e no contexto de tantas e tão significativas decisões anunciadas para a nossa Região (como sejam o Novo Aeroporto, a 3ª Travessia do Tejo, o TGV, a Plataforma Logística do Poceirão, a revisão do PROT-AML, o Projecto do Arco Ribeirinho Sul e a revisão do PDM de Almada), somos forçados a concluir que tão escassa participação só pode ficar a dever-se à falta de visibilidade do processo durante os últimos 4 anos.-----

Este facto é, em primeiro lugar, responsabilidade do Executivo da CMA, mas não escamoteamos a quota-parte de responsabilidade do Governo, nomeadamente no que toca à articulação do Plano de Almada Nascente com o Projecto do Arco Ribeirinho Sul, aprovado pelo Concelho de Ministros também em Julho de 2009 e publicado no Diário da República em Agosto, sem que até hoje tenha havido qualquer explicação pública sobre o assunto.-----

A este propósito, refira-se que é absolutamente inaceitável que nos seja proposta a votação final do Plano de Urbanização de Almada Nascente, sem um esclarecimento cabal da articulação entre estes dois Processos, questão que já levantámos na nossa participação escrita na Discussão Pública do PUAN, e que não mereceu qualquer resposta por parte da Câmara, a não ser uma vaga referência à autonomia do PUAN enquanto Instrumento de Gestão Territorial, da qual obviamente estamos cientes. No entanto, esta constatação não nos descansa relativamente à compatibilidade do que ambos os Processos determinam para o território dos Estaleiros da Margueira, que é um e o mesmo, no Plano de Urbanização Municipal e no Plano Estratégico do Governo.-----

Bem sabermos que a senhora presidente considera a Discussão Pública agora ocorrida “uma mera formalidade”, como afirmou recentemente num debate televisivo, mas a falta de conhecimento e debate público da versão final do Plano de Urbanização de Almada Nascente e as muitas dúvidas que suscita a leitura do recém-publicado Plano Estratégico do Arco Ribeirinho Sul, justificariam, só por si, que não estivéssemos aqui hoje, em fecho de mandato, perante a obrigação de votar o PUAN.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Trata-se de uma deliberada precipitação da Câmara, que coloca esta Assembleia Municipal na posição pouco digna de exercer uma das suas mais importantes competências (a aprovação de Instrumentos de Gestão Territorial e Planos Municipais de Ordenamento do Território), sem conhecimento aprofundado da versão final do Plano e de matérias conexas da maior relevância, como é o Projecto do Arco Ribeirinho Sul!-----

Ontem ouvimos aqui a Senhora Presidente dizer que “não é em final de mandato” que se tomam decisões sobre as propostas que os comerciantes têm para o centro da cidade, e que só depois das eleições elas serão analisadas.-----

Pois bem, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda considera que não é em fim de mandato, e nas condições que já aqui referimos, que se decide sobre o futuro de uma zona tão importante para o concelho e para a região, e para as pessoas que dela possam vir a usufruir, como é o caso da zona abrangida pelo PU Almada Nascente."-----

6.2.2.2 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.ª Presidente da Câmara, lamento mas não vou ser conivente com uma operação ainda que encapotada de campanha eleitoral. Não vou ser conivente com alguém que como bem foi lembrado agora, disse ontem que em final de mandato não se tomam decisões como por exemplo abrir ou não o espaço canal no Centro de Almada, mas com outro peso e com outra medida, já se podem tomar decisões relativamente ao Plano de Urbanização Almada Nascente. E quero dizer também que em matéria de coerência nós devemos ser coerentes sempre e se eu ouvi há pouco uma intervenção relativamente em que se reclamava que a Câmara Municipal achava que quando se fala de obras que são da Administração Central e que têm a participação da Administração Local que se deve referir o papel das autarquias, e eu devolvo-lhe exactamente na mesma moeda, devolvo pelo seguinte, porque se houve Governos que se preocuparam verdadeiramente com o reaproveitamento da zona da Margueira em função do encerramento da Lisnave, foram os Governo liderados pelo Partido Socialista, e peço desculpa de estar a defender em causa própria, mas estou apenas a relatar factos. É que foi o Governo do Engenheiro António Guterres quem deu o primeiro sinal de que deveria haver uma requalificação urbana daquele território com a criação do Fundo Margueira Capital. E é o Governo Socialista actual que lançou o maior projecto de requalificação urbana de sempre que é o Arco Ribeirinho Sul, que integrará sociedades gestoras locais em parceria com as Câmaras Municipais e em parceria com privados para que se possa dinamizar aquele terreno, por isso alguém que reclama que tem que ser reclamada quando se fala das obras do Governo com a participação das autarquias, não pode vir dizer que é um momento



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

histórico e não frisar que este Plano de urbanização, a dinamização da área da Margueira só será possível porque há uma aposta fortíssima na sociedade do Arco Ribeirinho Sul. E quero também dizer que o Município gastou muito dinheiro a fazer publicações, gastou muito dinheiro a fazer propaganda de exteriores, a publicar aquilo que ainda não estava aprovado. Mas não gastou o mesmo dinheiro a publicitar a participação que é um direito dos cidadãos. A Câmara empenhou-se em vender a ilusão de que já havia a Cidade da Água quando ainda não estava aprovada, mas não gastou o mesmo dinheiro nem teve o mesmo empenhamento para publicitar e apelar à participação dos Cidadãos. Porque a participação como está público e pode ser consultado, os processos de discussão pública são para a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada uma mera formalidade. Para si o que conta é o modelo de participação que a Sr.^a legitimamente tem na cabeça, mas tem também que conceder que nem todos têm razão absoluta e que provavelmente o modelo de participação que a Sr.^a Presidente tem na cabeça, não é propriamente um modelo de participação que é o mais eficaz. E por isso ao invés de se gastar tanto dinheiro na propaganda, melhor teríamos andado se tivéssemos gasto recursos em promover uma efectiva participação das populações. E quero dizer também que as reuniões de eleitos locais e os fóruns de discussão nas Assembleias Municipal são os fóruns de discussão política não é a participação das populações que estamos a falar. Porque é a obrigação da Câmara prestar informação aos eleitos locais e é obrigação também dos órgãos locais fazerem as discussões políticas. Por isso quando estamos a falar de participação, estamos a falar de participação efectiva das pessoas que é uma participação que aqui no Município todos nós conhecemos como são os fóruns de participação. E basta qualquer cidadão relatar a sua experiência num fórum de participação para que caiam as ilusões sobre o paraíso da participação que a Sr.^a Presidente da Câmara fala, que provavelmente até acredita, mas que não está suficientemente ligada à realidade para perceber que os fóruns de participação não são fóruns de participação, são fóruns de participação dos políticos e dos técnicos que a Sr.^a escolhe para ir a esses mesmos fóruns de participação. E por isso eu gostaria de dizer que lamento muito que o momento histórico que a Sr.^a tenha escolhido para o Plano de urbanização ser apreciado na Assembleia Municipal seja às 11h15 da noite de uma sexta-feira, a três semanas das eleições autárquicas."-----

6.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Leal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Ao ouvir a intervenção lida pela Sr.^a Deputada do Bloco de Esquerda e agora esta última intervenção do Sr. Deputado Mendonça Mendes, e na qualidade de cidadão de Almada e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

simultaneamente Presidente da Junta de Cacilhas, deixam-me num impulso que senti em vir falar aqui, para vos dizer o seguinte. Eu acho que ninguém tem dúvidas nesta Assembleia Municipal, desde o PSD, do PS, do Bloco de Esquerda e claramente a CDU que este Plano de Urbanização é uma obra que deve ser elogiada por toda a gente, sobretudo não só pelo trabalho percorrido até agora, mas sobretudo pelo impacto, o elevado impacto que ele vai ter ao longo dos próximos anos no nosso Concelho e mesmo até na Região e na Margem Sul do Tejo. Portanto sobre essa matéria ninguém aqui nem do Bloco de Esquerda, nem do PS, do PSD não posso comentar porque não falou aqui, mas nenhum destes dois Partidos pôs em causa a qualidade do trabalho e o impacto que ele vai gerar, positivo, altamente positivo, em diversas frentes de intervenção no futuro do Concelho. Agora, levantaram duas questões e é sobre estas que eu quero falar enquanto Presidente da Junta de Cacilhas. Primeira questão, a participação da população levantada pelo Sr. Deputado Mendonça Mendes, eu devo dizer que enquanto eleito na Freguesia de Cacilhas fui estimulado e fui convidado pela Câmara de Almada a que em articulação com ela pudéssemos construir em sede de actores locais da Freguesia a Equipa que poderia também ajudar a construir e a dar ideias e a dar sugestões para que eventualmente pudessem vir a ser recolhidas e de facto foram recolhidos porque eu estive a passar por alto este documento e de facto há aqui ideias que o grupo de actores locais de Cacilhas produziu em sede de reunião com a equipa de trabalho e que aqui estão expressas. Portanto esta é uma primeira forma de participação que eu gostava de realçar contrariando a preocupação politiqureira do Sr. António Mendes.-----

O segundo elemento de participação é assim, não vale a pena desvalorizar os fóruns públicos. O Sr. Deputado não quer reconhecer a qualidade desse trabalho porque está a fazer política politiqureira baixa, sem critério, sem rigor e às vezes tentando denegrir um trabalho meritório que esta Câmara tem vindo a desenvolver em sede do Plano de Urbanização Almada Nascente. Portanto, em sede local, grupos técnicos de trabalho meritório, de qualidade, em sede de participação de fóruns públicos, só não foi quem não quis. Agora, não venham é dizer que há comunicações encomendadas e por aí fora, não é nada disso. Desculpe lá Sr. Deputado, não é nada disso, se quiser criticar, critique com rigor e com verdade mas fundamentando, porque o que está aqui a dizer é que os fóruns não valem para nada. Agarra-se a um argumento porque não tem mais nenhum argumento para contrariar o que está apresentado neste livro.-----

Segunda questão do Bloco de Esquerda, Sr.^a Deputada Helena Oliveira, se ler a última folha deste livrinho, lendo o livro de uma forma cruzada verifiquei que trinta e seis órgãos de comunicação social falaram sobre o Plano, incluindo revistas de especialidade de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

arquitectura, se isto não é visibilidade em termos nacionais, porque muita gente lê o "Público", o "24 Horas", o "Capital", o "Expresso", o "JN", o "DN" minha Colega Deputada Helena Oliveira, quando falar fale daquilo que é a realidade e não invente."-----

6.2.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É difícil estruturar uma intervenção num momento destes em que tal como a Sr.^a Presidente da Câmara referiu há pouco, é de facto um momento histórico para o Concelho de Almada. E é lamentável que haja forças políticas e autarcas que não queiram neste momento associar-se a este grande projecto e estão a pôr de facto o acidente acima da substância. De facto sem por em causa nada, mas absolutamente nada acerca do valor deste Plano e era só o que faltava que o fizessem, refugiam-se no acidente. Portanto conviria aqui dizer em primeiro lugar que é com profundo orgulho e reconhecimento a todos, população, autarcas e técnicos que construíram este Plano para o nosso Concelho que nós hoje vamos obviamente e entusiasticamente aprová-lo. É fundamental no entanto rebater duas ou três questões que aqui vieram com toda a serenidade e com toda a confiança. Por um lado, relembrar alguns aspectos históricos, este processo começa quando a Lisnave foi destruída e ficou condicionado desde o princípio, desde o seu primeiro momento pelo facto de simultaneamente o Governo de Mário Soares ter tomado duas decisões, despedir doze mil trabalhadores e terminar com uma empresa, provocar uma tragédia que não se confinou apenas às fronteiras do nosso Concelho, mas que as ultrapassou, marcas essas que ainda ficam e que os almadenses nunca, mas nunca esquecerão. E simultaneamente comprometeu qualquer acção naquele espaço com uma chorudíssima indemnização aos donos da Lisnave, à família Mello. E foi essa situação que veio desencadear, e eu cito aqui dois ou três episódios, alguns dos quais se passaram mesmo nesta Assembleia, são a pré-história deste processo e que apenas servem para salientar a absoluta e necessária firmeza da Câmara Municipal de Almada e as decisões tomadas nesta Assembleia Municipal ao longo do tempo que garantiram que um Plano desta qualidade surja agora, e convém lembrar isso. Convém lembrar que estes aspectos estão relacionados com truques baixos que foram feitos na altura no sentido de quando a Lisnave ainda existia, quando os trabalhadores lutavam pelos seus postos de trabalho, o Partido Socialista na Câmara e aqui nesta Assembleia isolado tentou pôr no último minuto, foi no último minuto, o Sr. Deputado está a falar que estamos a três semanas das eleições, pois foi no último minuto, na aprovação depois de dois anos de trabalho técnico sobre o Plano Director Municipal, decidir que naquele terreno aquilo tivesse uso urbano. Quando os trabalhadores da Lisnave lutavam ainda desesperadamente pela sua



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sobrevivência. Isto passou-se aqui e eu fui actor directo nesse processo, sei perfeitamente do que estou a falar. Portanto, esta é a primeira questão. E quando todas as acções subsequentes para naturalmente com este atraso imenso que temos, porque temos sempre estes atrasos imensos e não é a Câmara que tem culpa de nada disto, como é óbvio e como todos sabemos, o que acontece é que essa indemnização que o Estado pagou, tinha que ir lá buscar o lucro e era isso que levava a que tivessem que se fazer ali andaimes sobre andaimes, projectos megalómanos que nos tapavam o céu. E foi preciso lutar contra isso. Esta é a pré-história deste Plano. E quando através de um concurso como a Sr.^a Presidente já referiu, alguém, uma equipa extremamente qualificada, porque foi necessário juntar aqui três coisas, autarcas firmes e que sabem o que andam a fazer, uma equipa técnica profundamente competente, e uma ampla participação da população deste Concelho, através das mais variadas formas. Não estamos a falar naturalmente de plenários de moradores, estamos a falar de uma participação consistente em todas as fases daquilo que nós sabemos que é um Plano de Urbanização, não é conversa de chacha, um Plano de Urbanização que compromete o futuro do Concelho, tem que ter o envolvimento da população do Concelho na defesa dos interesses e do seu próprio futuro, tem que ter uma componente técnica sólida e tem que ter uma direcção política clara em todo o processo, isto é essencial. E é por isso e só por isso, e porque essas três linhas convergiram que nós hoje temos aqui um Plano que todos nos podemos orgulhar e que é absolutamente lamentável que nem todos votemos a favor dele.-----

Portanto estes aspectos têm que ser aqui referidos e quando nós falamos que não há participação, é fundamental entender o que é mais uma vez um Plano de Urbanização e o que é a participação. A participação em todas as fases de construção do processo, esta Assembleia Municipal que podia estar a ser chamada para este momento apenas agora, apenas agora, hoje, fosse a duas semanas ou a dois anos das eleições, porque estes processos têm os seus calendários, têm os seus trâmites e quando este Plano aqui nos aparece hoje, é precisamente no tempo em que está absolutamente completo, maduro e que exige que seja aprovado precisamente quando há uma absoluta consensualidade que foi muito difícil de construir e é neste momento e não vamos esperar mais tempo porque muito tempo já nós esperámos. E para sermos coerentes e se queremos criticar que aquilo está como está, aquilo tem que deixar de estar como está e não vamos esperar até às calendas, ou até que passe o processo eleitoral ou porque somos ou porque poderíamos ser acusados de eleitoralismo. Quem não vê que isto é um processo consistente, como aliás ontem também se falou a propósito das escolas e como se fala a propósito de tudo, tudo o que a Câmara



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

faça seja a quatro anos das eleições, a dois dias das eleições ou seja quando for, é tudo eleitoralista. Isto não colhe, e quem apresenta estes argumentos sabe perfeitamente que só os apresenta porque não tem outros. Porque se não prestasse, ataquem o Plano. Digam que não está em condições, que não está maduro, tem erros técnicos, digam isso. É lamentável que este Plano não seja aprovado por todos os representantes do povo de Almada, nós aprovámo-lo com muito orgulho e repito com um profundo agradecimento a todos aqueles que o tornaram possível."-----

6.2.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Vamos à substância e aceitamos efectivamente que estamos perante um momento histórico de particular relevância face aos objectivos subjacentes a este Plano de Urbanização - Almada Nascente e que objectivos esses que desejamos firmemente que venham a ter concretização e que sejam efectivamente determinantes para o desenvolvimento do nosso Concelho. Este é o aspecto substancial da questão. Mas e é importante que o Sr. Deputado Sérgio Taipas tenha referido o acidente e de facto ele reconhece que há o acidente e o acidente foi aqui já por diversas vezes salientado. Uma insuficiência, uma deficiência do processo de participação, neste como em outros instrumentos de planeamento e claramente um timing desadequado, uma tentativa de fazer de um processo relevante e essencial para o nosso Concelho uma tentativa dizia de utilizar como trunfo eleitoral. Mas o essencial é a substância e o que desejo é que este Plano siga, prossiga, se desenvolva com o envolvimento directo, activo, efectivo da população de Almada e que essa participação que foi deficiente, insuficiente nesta fase inicial possa vir a ser corrigida na fase subsequente de execução do Plano."-----

6.2.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Sr. Deputado Sérgio Taipas, permita-me que lhe diga o seguinte, com todo o respeito e com toda a consideração. Não pode pedir que os Deputados discutam a matéria do Plano como o Sr. Deputado acha, e eu concordo consigo que o Plano devia ser discutido quando na própria apresentação que é feita pelo Executivo Camarário aqui aos Deputados Municipais a única coisa que transparece da intervenção política da Sr.^a Presidente da Câmara é a participação, é quando é que começou o processo e é essa a intervenção que foi feita. E relativamente a essa intervenção como estamos aqui no quadro do debate político eu limitei-me a tocar a mesma música que foi tocada pela Sr.^a Presidente da Câmara para dizer e para constatar primeiro que o momento histórico se é assim tão histórico lamento que seja às onze da noite



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

numa Assembleia Municipal, numa sexta-feira a três semanas das eleições. Lamento sinceramente que o discurso político seja o discurso político da participação exemplar, da vanguarda na participação, quando eu considero e é nossa opinião que o processo de participação não é um verdadeiro processo de participação, mas Sr. Deputado Municipal, quero também dar-lhe indicação de que esta semana que passou fui convocado como penso todos os Deputados Municipais para uma Reunião de Eleitos, com Técnicos e com a Câmara Municipal e que aí tive a oportunidade de colocar algumas questões relativamente ao Plano, cuja resposta, eu ainda sou ingénuo porque ainda penso que obterei resposta, cuja resposta foi, "o Sr. não leu o Plano?" e "Vá ler o Plano". E portanto, Sr. Deputado Municipal, eu também não estou disposto, porque já sou Deputado Municipal há oito anos, aqui a travar uma discussão quando sei que do outro lado a resposta é zero vezes zero. E por isso quero-lhe dizer Sr. Deputado Municipal e quero dizer Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Srs. Deputados Municipais teste à altura daquilo que são as suas responsabilidades, e o PS não é um Partido sectário. Nós discutimos politicamente e para nós o que nos interessa e o objectivo fundamental é que a concretização do Arco Ribeirinho seja do projecto do Arco Ribeirinho, seja uma concretização real nos próximos anos porque é fundamental para o desenvolvimento da Península de Setúbal, para potenciar mais emprego para os Concelhos de Almada, Seixal e Barreiro e para todos os outros Concelhos da Península e dar mais qualidade de vida aos cidadãos. E nós não nos afastamos desse objectivo central que é a requalificação e re-dinamizar todas estas zonas ribeirinhas. Por isso Sr. Deputado nós iremos votar favoravelmente o Plano sem prejuízo de deixarmos e consideramos que o planeamento é dinâmico e que todos os ajustamentos que tenham quer ser feitos naturalmente que a seu tempo poderão e deverão ser feitos. Agora, isso e o facto de sermos um Partido responsável e o facto de sermos um Partido que está com enormes responsabilidades neste projecto também porque foi um Partido e uma maioria que suportou decisões de um Governo para ajudar os Municípios a requalificarem este território, o facto de termos essa responsabilidade não nos inibe, antes pelo contrário de perante a intervenção que aqui foi feita pela Presidente de Câmara responder a esses argumentos discordando democraticamente da forma e do conteúdo com que eles são apresentados, mas não perdendo no sectarismo que percebo bem que não entenda que haja Partidos que não sejam sectários, assumindo as nossas responsabilidades de viabilizar com o nosso voto favorável a requalificação dos terrenos da Margueira e dar com isto um enorme contributo para o desenvolvimento do Arco Ribeirinho Sul."-----

6.2.2.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu queria começar por dizer ao Sr. Deputado Carlos Leal que nada daquilo que o Sr. disse está em contradição com o que eu disse, a última página do livro que eu tive a oportunidade de ver entre a sua intervenção e esta fala de Março/2004, e aquilo que eu disse foi que entre 2005 e 2009 nunca mais nesta Assembleia Municipal se ouviu falar deste Plano, não está em contradição e não está em causa o trabalho que foi feito e os fóruns de participação independentemente da opinião que o Bloco de Esquerda tem a propósito dos fóruns de participação, foram feitos até 2005. Foi feito até 2005. Acontece que de 2005 até hoje muitas coisas aconteceram neste País e nesta Região, muitos projectos apareceram neste País e nesta Região e nós não fomos tidos nem ouvidos para o assunto. A Câmara Municipal de Almada decidiu no dia 04 de Fevereiro remeter à CCDR a proposta final do Plano de Urbanização, está escrito na proposta que nós vamos aprovar e que é a deliberação da Câmara, depois no dia 05 de Fevereiro foi recepcionada pela CCDR a proposta final, depois a Acta da Conferência dos Serviços chegou em Maio e depois finalmente foi recepcionada aqui em Julho e finalmente foi posta em consulta pública em Julho para acabar em Agosto sem ninguém saber, sem sequer ter sido posta na Internet porque se nós temos capacidade para pôr uma coisa que se chama Relatório de Ponderação da Discussão Pública na Internet, no site da Câmara, se nós temos capacidade para entregar a um Múncipe que pediu e que durante o período de Consulta Pública houve um Múncipe que pediu aos Serviços da Junta de Freguesia fotocópias de alguma daquela documentação, foi-lhe respondido que não podia ser porque a documentação é da Câmara, a pessoa remeteu o pedido à Câmara e a Câmara dois dias antes de acabar a Consulta Pública disponibilizou um CD. Então este CD não podia estar no site da Câmara? É assim que se quer que as pessoas participem? É isto que é participação pública? E depois este Relatório de ponderação da discussão pública que tem a ver, depois da fase da discussão pública, descansa-nos a nós Bloco de Esquerda quando questionamos na nossa participação pública, onde é que estava a participação e diz assim, este processo de construção da Cidade não se esgota com a aprovação do Plano, estejam descansados que vai haver mais, pelo que após a formalização formal deste instrumento com a sua aprovação por parte da Assembleia Municipal, esta dinâmica de diálogo entre a Câmara e os proprietários terá certamente continuidade. Então e as pessoas, participam quando? Deixamos de participar? A partir de agora os almadenses zero? Então e o Arco Ribeirinho Sul, e o Projecto do Arco Ribeirinho Sul onde é que ele está? E o que é que isto tem a ver com aquele terreno, não tem nada? O Arco Ribeirinho Sul não vai ser para os cinquenta e cinco hectares da Margueira? Não? Não é isso que diz o Governo. Como é que se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

compatibiliza isto tudo? Então e as críticas que nós fazemos na Assembleia da República aos Governos que sucessivamente por lá passam e que uma semana antes de saírem de lá aprovam leis, decretos-leis, fazem "trinta por uma linha" contra os interesses dos trabalhadores e das pessoas e que nós criticamos e muito bem, ao lado da CDU na Assembleia da República, então onde é que está agora o mesmo critério para esta Câmara CDU resolver quinze dias antes do fim de mandato, provar uma coisa que vai comprometer o próximo Executivo durante pelo menos dois anos, este Plano de urbanização que nós vamos aprovar hoje, não pode ser alterado, não se pode chegar ao próximo mandato e dizer agora não voto porque o Executivo é outro, seja lá com quem tiver a maioria, não se pode chegar lá e tirar, então isto é coisa que se faça? Os almadenses merecem isto? Não merecem Sr.^a Presidente, nós merecemos muito mais."-----

6.2.2.8 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu comecei em dois mil e a história é muito mais longa. E de facto penso que a leitura da introdução a este livro ajuda muito a perceber toda esta história. O Deputado Sérgio Taipas já nos ajudou de alguma maneira a melhor nos situarmos no tempo. O que eu queria dizer é que não fora a iniciativa, a capacidade, a audácia da nossa Câmara Municipal ainda hoje não tínhamos nada, nenhum instrumento de gestão territorial para aquele território, nenhum, zero. Foi a determinação da Câmara Municipal e não foi por acaso que começou por haver uma proposta à Câmara para construir um processo de concurso, todos sabemos que foi retirado do Plano Director Municipal, não foi ratificado o uso industrial, ainda a Lisnave estava a funcionar com todos os trabalhadores lá dentro e as manobras foram mais do que muitas. A Sr.^a Deputada é jovem, eu tenho mais idade, e gostava de ser tão jovem como a Sr.^a. mas porque tenho mais idade tenho mais memórias e portanto sei muito bem o que foi a luta dos trabalhadores da SRN, o que foi a luta dos trabalhadores da CPP, o que foi a luta dos trabalhadores da Parry & Son, o que foi a luta dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, o que foi a luta dos trabalhadores da cortiça, o que foi a luta dos trabalhadores da moagem Aliança e hoje sabemos todos da luta dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite. E quando a Sr.^a Deputada vem falar de trinta e cinco anos de gestão CDU, eu acho que deveria ter maior consideração e respeito pela gestão e pela intervenção da CDU neste Concelho, porque a CDU sempre esteve ao lado dos trabalhadores e do povo, porque a CDU sempre esteve contra todos e todos os encerramentos de todas as empresas e contra toda a mortandade que se verificou no nosso território em tudo o que eram indústrias relacionadas com o Plano de Água, como acabei de dizer. Foi o sangrar do nosso tecido produtivo, foi o mal tratar até



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ao tirar o pão aos trabalhadores deste Concelho, eles lutaram e nós estivemos lá, e nós vimos morrer todos e nós naturalmente não vamos voltar, nem temos poder para isso, nem temos condições para isso, a revitalizar essas indústrias e essa realidade e aquilo que se passou no nosso Concelho, infelizmente passou-se por políticas nacionais e por políticas mundiais dos poderosos do mundo em todos os cantos do mundo, as indústrias relacionadas com o Plano de Água, das Pescas, da Indústria Naval, tudo isso infelizmente foi morrendo por essa Europa fora, e o que nós verificamos, é que todos os Municípios de todo o mundo se viram confrontados com esta tremenda realidade e a necessidade de reflectir sobre o que fazer a esses territórios para retomar actividades económicas promotoras de emprego. Nós com este projecto vamos alcançar num médio a longo prazo obviamente, porque é um projecto a longo prazo quinze mil postos de trabalho não resolvem nem substituem aquilo que era a nossa realidade local. Mas o que se queria era que ainda a Lisnave estava a funcionar e se decidisse fazer aprovar para aquele território, à martelada, uma área urbanizável em vez de um estaleiro. Foi muito duro Sr.^a Deputada muitas calúnias, eu já estou muito vacinada em relação às calúnias, em relação às má criações, relativamente à minha pessoa, em relação às acusações e à deturpação daquilo que é dito, estou muito habituada. Mas como estou cá para com os meus camaradas e com este projecto, para as populações e para contribuir para a melhoria da vida da nossa população e do nosso povo, costumo dizer, "os cães ladram e a caravana passa" e o mais importante é a população e o povo. E portanto eu não disse aqui ontem que não é tempo para decidir porque estamos à beira de eleições relativamente aos comerciantes, é falso, quem disse isso foi uma Sr.^a que estava na assistência que vão aqui falar atribuindo-me essas declarações, é falso eu não disse isso e portanto que ficasse aqui muitíssimo claro para que não hajam confusões relativamente à minha intervenção. E queria dizer que o Plano Director Municipal foi chumbado por um determinado Governo, chumbado, não estava de acordo com a REN, chumbado e depois o único Plano Director Municipal do País cuja decisão de um Governo foi anulada pelo Governo seguinte porque afinal essas mentiras eram falsos os argumentos relativamente à não aprovação, à recusa de ratificação do Plano Director Municipal. E foi dito que a razão da não ratificação do Plano Director Municipal pelo Governo que veio a seguir é que a Lisnave não poderia estar ali considerada no Plano como uso industrial existente, a Lisnave tinha que sair e o problema da não ratificação do Plano Director Municipal de Almada era a Lisnave e os trabalhadores estavam lá, e os trabalhadores faziam manifestações, e os trabalhadores estavam a combater na defesa dos seus postos de trabalho e havia quem dissesse que a Câmara Municipal estava a não ser solidária com os trabalhadores, as vozes, eu não me esqueço de quais foram, que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estava a atraiçoar os trabalhadores, os mesmos que estavam a atraiçoar os trabalhadores, nesse período diziam que a Câmara Municipal os estava a atraiçoar. Aquilo que se verificou mais tarde, foi que o Plano Director Municipal voltou a ser reapreciado mas a área da Lisnave foi excluída do Plano Director Municipal. E passou-se muito tempo, muitos diálogos, muitas conversações, muitas tentativas de dar início a um processo e houve um momento em que esta Câmara Municipal estando a Lisnave encerrada 2000, 2001 esta Câmara Municipal disse, "a Lisnave morreu, os trabalhadores são as grandes vítimas, mas o Concelho não pode ficar perante um nado morto, tem que continuar a vida e tem que tomar iniciativa e avançar". Avançou quando sabíamos e sabemos que estavam atribuídas por portaria ilegal competências a quem não as tinha para tratar daquele território. Estavam atribuídas competências a quem não as tinha para tratar daquele território e nós conseguimos pela nossa intervenção, pelo nosso empenho, pela nossa seriedade e muito importante dizer isso aqui, seriedade, construir uma solução, deitar abaixo a Manhattan, deitar abaixo a Torre Biónica e construir de uma forma consensual, com toda a gente e concertar com todos os actores uma solução, que é a solução de concertar com todos os actores e não é com ninguém em particular. E mais ainda, com este processo o Governo há algum tempo e felizmente que assim aconteceu era isso que nós desejávamos, resolveu o problema do contrato que ciclicamente chegava ao fim e tinha que ser renegociado, hoje os terrenos da Margueira são património do Estado, isto é importante e este processo também contribui para isso, nem tudo se diz na praça pública, nem tudo se diz porque os holofotes são muito interessantes, mas mais importante é construir soluções para resolver os problemas da população, com os governantes, com toda a gente, e este Plano que nós hoje aqui trazemos foi determinante, e eu quero aqui dizer que foi porque os Presidentes da Câmara de Almada, do Seixal e do Barreiro há muito que iniciaram um processo sem holofotes, sem comunicação social, com os governantes para chegarmos também ao Arco Ribeirinho Sul. Também tivemos parte e foi muito importante que tivesse sido referida ontem, embora não tivesse sido aceite o incluir aquilo que era justo na Moção que foi aqui aprovada, mas andou bem a CDU, porque o essencial é que os grandes projectos vão por diante, a lenga-lenga fica para quem a quiser continuar a repetir, mas que os autarcas destes três Concelhos tiveram um papel fundamental também de diálogo, de cooperação, de encontrar soluções com os diferentes governantes, tiveram-no e portanto nós temos um Plano que em 2005 já existia, que quando nós apresentamos no último fórum de participação era o Plano, e o que era preciso a seguir era de facto a concertação entre todas as entidades, anos, quatro anos, passaram quatro anos, e os Srs. do Bloco de Esquerda, quer que paremos? Demoramos oito anos para chegar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aqui, oito anos, para chegar a este momento, quatro anos de concertação, não era a participação pública, era o perceber, as diferentes entidades entenderem, perceberem que isto era uma proposta de grande alcance, de interesse Local, Regional e Nacional. Não foi preciso abrir a cabeça, mas foi preciso muita e muita disponibilidade, muito e muito tempo, muita e muita paciência e muita e muita ajuda técnica da equipa que até ao último momento do Richard Rogers, da Atkins e do Santa Rita Arquitectos, usamos todo mas todo o tempo, todo o conhecimento, toda a disponibilidade para ajudar cada um dos actores, determinantes para o parecer final relativamente ao Plano, porque se eles dissessem não, não estávamos aqui. Foi preciso vinte e tal entidades dizerem sim, sim o Plano pode ir para a frente, quatro anos. Em 2005 foi o fim da concertação local pública dos actores chave institucionais, etc., é preciso perceber isto. Quando eu digo uma formalidade, é uma formalidade. Porque a verdadeira construção, a verdadeira participação foi até 2005, aí é que se construiu o Plano e o livro dá conta disso. Eu falo naturalmente de uma forma calorosa, viva porque conheço, porque vivi, porque sei e porque tenho consciência que o caminho que nós fizemos para chegar até aqui foi um caminho difícil, um caminho doloroso, um caminho muito complexo mas que valeu a pena, porque há uma solução e há uma solução que vai criar postos de trabalho, não daqueles do tipo que existia, daquelas indústrias produtivas que nós ali tínhamos mas outras actividades das indústrias criativas, das indústrias de base tecnológica, do turismo, áreas de investigação e desenvolvimento, espaços culturais da industria naval, do estuário do Tejo, etc.. Ainda não estamos no projecto, nós estamos num Plano de Urbanização, o Plano de Urbanização sem ele não era possível fazer nada, com ele é possível começar a trabalhar a fazer projecto e a transformar o território. E nós não temos ainda na mão o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Arco Ribeirinho Sul, é outra coisa, mas este Plano, esta concertação foi fundamental para a parte de Almada no Arco Ribeirinho Sul. Enquanto nos outros territórios há trabalho feito, mas não há ainda, porque não houve condições para isso, mas não há ainda como nós temos aqui um instrumento finalizado como este, há muito trabalho que as outras Câmaras vão fazer ainda com as suas populações, como nós fizemos aqui. O nosso está mais avançado, este Plano é aquele que vai permitir a curto prazo começar a fazer projectos, que seja criada a Sociedade Executora Local, a Assembleia terá que decidir, ainda não veio para a Câmara nem o Plano de Desenvolvimento Estratégico, nem a proposta de criação de Sociedade Executora Local, porque a Sociedade Executora do Arco Ribeirinho Sul está em constituição. Eu leio nos jornais, leio no Diário da República, não tenho outra informação que não seja ler, ir à procura da informação, perceber, estudar e depois falar naturalmente com conhecimento real daquilo que está escrito, não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

outro qualquer conhecimento e o que eu percebo do que está escrito é que é a Sociedade Arco Ribeirinho Sul, S.A. que irá participar nas Sociedades Executoras Locais, em representação do Governo, com sessenta por cento e os Municípios com quarenta por cento. Hoje não é disso que nós estamos aqui a tratar, hoje estamos a tratar de um Plano de Urbanização que vai ser um instrumento de gestão da Sociedade Executora Local. E por sua vez vai desencadear todo o trabalho para fazer os tais projectos de infra-estruturas as remediações, etc., etc.. Temos quinze anos se tudo andar bem, quinze a vinte anos pela frente, é isto que nós vamos ter relativamente a este território. Fazer disto um trunfo? Não Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedroso de Almeida, que de uma forma como lhe é característica, ponderada e séria aqui interveio, eu só quero em relação ao que disse rejeitar uma coisa que é, isto é um trunfo eleitoral. Não é um trunfo eleitoral, isto é o finalizar de um processo e se todos quisermos é um trunfo eleitoral de todos."-----

6.2.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
É só um brevíssimo esclarecimento. Em primeiro lugar quando eu me referi Sr. Deputado Pedroso de Almeida, se utilizei as expressões substância e acidente, eu peço desculpa, cada um tem a formação que tem, nós às vezes utilizamos um jargão no sentido de, depois pode não ser entendido. "Substância" e "acidente" são expressões de Aristóteles quando quer referir aquilo que é absolutamente essencial e o que é acidental numa coisa, aquilo que tanto podia ocorrer e não ocorre e que não interessa nada para aquilo. Portanto, o que eu quis dizer é evidente que acidentes tem havido muitos, provavelmente não estaremos de acordo naquilo em que caracterizamos como acidente, o maior de todos foi a decisão do Governo Mário Soares e portanto esse foi um enorme acidente, portanto teremos leituras diferentes sobre o assunto, e tem havido muitos acidentes neste processo e neste percurso. Naturalmente, mas não era isso que eu me referia. O que eu queria dizer e que agora clarifico é que relativamente ao que há de substancial neste Plano de Urbanização não há críticas. Estamos perante um Plano de Urbanização que interessa ao Concelho, as críticas que foram feitas foram críticas processuais e apenas essas. E que assentaram essencialmente em dois aspectos, a questão de calendarização que vem desaguar no eleitoralismo por um lado, e a questão da participação ou não participação. Estas é que foram as únicas críticas relevantes que tentaram na nossa opinião sem êxito produzir aqui. E portanto, a única coisa que também de essencial ou de substancial há que dizer em relação a estas matérias, aliás isto vem tudo explicadinho na fundamentação da proposta que a Câmara nos apresenta e que na Câmara foi aprovada por unanimidade e aclamação, está cá tudo dito, e está cá fundamentado todo o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

prazo e está cá dito porque é que estamos a aprovar neste momento, e estamos a aprovar neste momento porque a calendarização mais recente e eu leio o texto. Porque pelo visto não o leram. "Após a recepção da Acta de Conferências de Serviços, em Maio de 2009, dos pareceres das entidades, em Junho 2009, foram realizadas reuniões de concertação com a Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH) e com a Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, que culminaram com a emissão de novos pareceres, o último dos quais da ARH, recepcionado em Julho de 2009, o que permitiu clarificar as propostas do plano e construir soluções consensuais."-----

Ora, estamos a aprovar aqui hoje porque nesta reunião de representantes, nesta Assembleia Municipal, esta reunião foi marcada para hoje já há um ano atrás, estamos a discutir às onze da noite porque não reunimos às onze da manhã. Se isto são questões essenciais para pôr em causa este Plano, então pronto, que ponham.-----

Nós, o que gostávamos era que encontrassem outras mais sérias. Relativamente às questões que o Bloco de Esquerda colocou e em relação à participação e outra coisa parece que não querem entender, nós estamos a aprovar um Plano de Urbanização, estamos a definir o uso do solo, a ocupação concreta, depois através dos muitos projectos que têm que se fazer para ali, ocupação efectiva e real daquele território, vai ser objecto de uma continuidade que obviamente continuará a ter a intervenção e a liderança dos autarcas, continuará a ter o trabalho imprescindível dos técnicos e a participação da população. Isto é óbvio, portanto nada, mas absolutamente nada está comprometido por estarmos a aprovar um Plano de Urbanização no exacto momento em que ele tem que estar aprovado que é quando está pronto, estamos à espera de quê? E está pronto por uma convergência de intervenções e dos prazos e dos tempos que cada um teve nisto. Relativamente ao Bloco de Esquerda é fundamental clarificar isto, a crítica que em 2005 até hoje não se fez nada ou não houve participação nenhuma, estão cá também explicadas todas as fases do processo, até ao momento da concretização do Plano, naquilo em que população tinha que participar, em que nós aqui nesta Assembleia Municipal participamos e participamos com decisões construtivas também elas do próprio Plano, terminou nessa altura. O resto não é agora argumentar com uma frase que é a da discussão pública de um projecto que é quando ele está completo, nessa altura, isto é uma determinação que existe e que obviamente tem que ser cumprida porque nessa altura concluído totalmente o processo, ele é posto em apreciação pública para se verificar ai se há alguém que tem ainda alguma coisa a dizer, mas essa não é de forma nenhuma a fase construtiva e participada de um projecto, de um plano, de um processo qualquer que seja. Eu acho que toda a gente entende isto."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.2.2.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Queria dizer à Sr.^a Presidente que se calhar eu sou mais velha do que aquilo que pensa, porque o pai da minha filha passou fome depois de ter sido despedido da Lisnave e de ter participado naquelas lutas todas. Eu orgulho-me da idade que tenho e acho que temos todos que passar pelas idades todas enquanto cá andamos, porque esta vida também acaba sempre de repente, sem nós darmos por isso. Queria dizer que metade daquilo que a Sr.^a Presidente disse nós subscrevemos e está escrito na nossa declaração muito preto no branco. Há aqui uma série de coisas que foram feitas entre 2002 e 2009, a partir de 2000, a partir da decisão da Câmara que é de louvar e que o Bloco de Esquerda apoia. Está cá escrito. O problema não é o que é que aconteceu entre o ano 2000 e o ano 2005. O problema é o que não aconteceu entre o ano de 2005 e o ano de 2009, e nomeadamente o que não aconteceu a partir de Julho de 2009 até hoje. E queria dizer ao Sr. Deputado Sérgio Taipas para ler aquilo que está escrito no Relatório de ponderação da discussão pública, mas tem que ler as partes que o Bloco de Esquerda sublinhou. Para perceber a partir de agora a dinâmica de diálogo e de participação é entre a Câmara e os proprietários da área, e não é com a população. Mais, eu até lhe diria, se teve a oportunidade de analisar o CD que nós recebemos com o Plano de Urbanização de Almada Nascente na integra, verificará que existem zonas que estão naquele Plano que nem sequer vão precisar de Plano de Pormenor para serem urbanizadas e para as construções se fazerem. E portanto nem sequer a fase dos Planos de Pormenor nalgumas das obras que estão previstas serem feitas naquela zona vai existir. E portanto onde é que fica a participação das pessoas nisto. Porque eu não acredito e não é verdade que aquilo que foi entregue à CCDR em 2005 para ser aprovado pelas tais vinte e tal entidades seja aquilo que nós estamos a aprovar hoje, não é. Aquilo teve muitas alterações, houve legislação que veio a seguir, e tudo isso fez com que aquele Plano tivesse sido alterado, e portanto o Plano que estamos a aprovar hoje não é o Plano que foi para a CCDR em 2005, e portanto as pessoas não tiveram oportunidade de participar nisso. Mais, até agora estes projectos todos do Arco Ribeirinho Sul, da Terceira Travessia do Tejo, do Aeroporto em Alcochete, nada disto existia em 2005, e nada disto estava pensado em 2005. Então isto não afecta? Não tem nada a ver, estes projectos que estão aqui não afectam. É a assessoria do Bloco de Esquerda Sr.^a Presidente, também tenho os meus acessores, não pode só ser a Câmara a dizer que tem técnicos. Mas só a Câmara é que pode ter acessória técnica? Nós também podemos ter. É permitido ao Bloco



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Esquerda ter assessoria técnica e nós também sabemos ler, nós lemos o CD, tudo o que estou a dizer está lá escrito."-----

6.2.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Muito telegraficamente só para dizer ao Sr. Deputado Sérgio Taipas que nós estamos aqui reunidos hoje em Setembro porque é a própria Lei que o obriga e que o impõe. Agora o que a Lei não diz é que em Setembro de 2009, ou dia 18 de Setembro tinha que estar prevista a aprovação do Plano de Urbanização de Almada Nascente."-----

6.2.2.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Presidente, pensamos que da nossa parte temos feito com toda a boa vontade um esforço no sentido de explicar bem a posição da CDU. Mas só duas observações, entre 2005 e 2007 o processo esteve na CCDR, quando é que chega à Câmara Municipal, está aqui escrito. A Sr.^a Deputada Helena Oliveira faz uma afirmação que não é verdadeira, é que efectivamente o projecto que se está a discutir é o que saiu da CCDR, a legislação que mudou foi por causa dos estudos dos impactos ambientais, e isso foi cumprido. E portanto, não vale a pena pensar e aí tem sido a batalha do Bloco de Esquerda que o processo de auscultação, de discussão pública foi entre Julho e não sei quantos de Agosto, não foi para isso que foi a discussão pública, não foi não, porque quando vem o processo da CCDR, não é para abrir discussão pública, porque a discussão pública foi prévia e se calhar a sua assessoria não está correcta. Finalmente a questão que se coloca relativamente ao PSD é que provavelmente se não há nada na Lei que obrigue a que seja hoje, mas também não há nada que o impeça, pois não Sr. Deputado?"-----

6.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta N^o 99/IX, que foi aprovada por maioria com trinta e oito votos a favor (de eleitos de CDU inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreda, de eleitos do PS inclusive a representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria de eleitos do PSD inclusive o Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica) e três abstenções (de eleitos do BE), através da seguinte deliberação:-----

Deliberação

A elaboração do Plano de Urbanização de Almada Nascente constituiu um desafio de elevada responsabilidade impondo o repensar da Cidade e o repensar do Fazer Cidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

exigindo uma resposta adequada à singularidade do lugar, integradora dos tempos, das gentes e dos seus símbolos.-----

Plano de Urbanização que contempla uma área de cerca de 115 hectares entre Cacilhas e a Cova da Piedade, envolvendo e integrando os antigos estaleiros navais da Margueira/Lisnave.-----

Um processo muito rico de reflexão, envolvimento, partilha e debate, de inovação pragmática, de responsabilidade partilhada envolvendo a administração local e central, técnicos e população/cidadãos, entidades, instituições e organizações locais, regionais e nacionais, num esforço de exigência e transparência na avaliação do local e da envolvente e na construção dos caminhos do futuro.-----

Considerando que a Assembleia Municipal acompanhou os trabalhos de estudo e de projecto através de reuniões específicas de Representantes dos Grupos Municipais e de reuniões de trabalho de todos os Eleitos, designadamente na definição da Visão Estratégica para a área e os cenários de ocupação do solo assumindo como componentes estratégicas para "Almada Nascente - Cidade da Água", "Um Lugar para Trabalhar", "Um Lugar de Relação com a Água", "Um Lugar para Habitar", "Um Lugar de Cultura" e "Um Lugar do Conhecimento".-----

Considerando que o Plano de Urbanização na presente versão final está instruído e formatado de acordo com as leis em vigor e foram introduzidas as alterações que decorreram da ponderação de todas as participações públicas recebidas e dos pareceres emitidos pelas entidades, em sede de conferência de serviços e das reuniões de concertação efectuadas e está em conformidade com os instrumentos de gestão territorial de nível superior, nomeadamente o PROT-AML, confirmado no parecer final emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Considerando que a versão final do Plano de Urbanização de Almada Nascente traduz a posição da Assembleia Municipal assumida na Deliberação aprovada em 30 de Junho de 2004, assim como a intensa dinâmica de participação e de trabalho partilhado e desenvolvido ao longo de seis anos, com a População, com dezena e meia de Actores Chave, com os Eleitos Municipais e de Freguesia e ainda com mais de duas dezenas de entidades da Administração Central do Estado.-----

Considerando ainda que a "construção da cidade" não se esgota, com a aprovação de um Plano, pelo que a dinâmica de participação e diálogo das Autarquias com os cidadãos continuará na implementação faseada do Plano de Urbanização.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando por último que a Câmara Municipal de Almada deliberou por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Proposta Final do Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água.-----

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1, artigo 79º, do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, e na alínea a), do nº 3, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a Proposta Final do Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água (PUAN) nos precisos termos da deliberação camarária de 9 de Setembro de 2009.-----

6.2.4 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Amadeu Vaz para uma declaração de voto.-----

6.2.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Amadeu Vaz:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu queria fazer uma declaração de voto no seguinte sentido, queria congratular-me por ser aprovado finalmente este Plano de Urbanização da Lisnave, porque de facto trabalhei lá vinte anos, salvo erro, entrei para lá na mesma altura em que entrou o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. António Medeiros e o Sr. Henrique Carreiras, vivi lá bons e mais momentos. Quero dizer que foi uma autentica luta de classes que se viveu na Lisnave e ao mesmo tempo também estudava na Faculdade de Direito. De maneira que aquilo era enfim, aquilo que possam imaginar, de maneira que me sinto de facto orgulhoso por esta Assembleia aprovar o Plano, é o que tenho a dizer é sentir-me satisfeito e feliz pelo facto, finalmente chegarmos a esta conclusão."-----

7 – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----

8 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----

8.1 - Foi assim lida e aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----

9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr.^a Sandra Carvalho (Agência Lusa); a Sr.^a Susana Mendes e o Sr. Fernando Fitas (Noticias de Almada), e a Sr.^a Sandra Guerreiro (Câmara Municipal de Almada) e de vinte e cinco Srs. Múncipes.-----

10 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; José Manuel Raposo Gonçalves; Carlos Manuel Coelho Revés; António Pedro Roque da Visitação Oliveira; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H15 do dia 19 de Setembro de 2009.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____